

---

# CABO VERDE: PERFIL DE GÉNERO DO PAÍS

---

JANEIRO, 2018

---



---

## REDAÇÃO

### Membros da Equipa:

Sr. Mamadou Bobo Diallo, Especialista em Macroeconomia, ONU Mulheres  
Sr. Koffi Marc Kouakou, Economista-Estatístico Principal de Género, BAD  
Sra. Cláudia Rodrigues, Especialista do Programa, ONU Mulheres  
Sra. Ekvity dos Santos, Especialista de Comunicação, ONU Mulheres  
Sra. Kathleen Barnett, Economista de Género, Consultora

### Equipa de Coordenação:

Sr. Adalbert Nshimyumuremyi, Economista-Chefe do País, BAD  
Sr. Basil Jones, Programa de Género & Coordenador de Política, BAD  
Sra. Vanilde Furtado, Coordenadora do Programa, ONU Mulheres

### Directora Departamento do género, das mulheres e da sociedade civil, BAD

Sra. Vanessa Mounzar

## REVISORES

Sra. Nathalie Gisabo Gahunga, Dirigente Principal de Género, BAD  
Sra. Egidia Rukundo, Especialista Principal em Género, BAD  
Sra. Mónica Lomeña-Gelis, Responsável Principal de Avaliação, BAD

## FOTOS:

ONU Mulheres

---

## ACRÓNIMOS & ABREVIATURAS *(Inglês em itálico)*

AED	Ajuda Externa ao Desenvolvimento
ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados Insulares
ARE	Agência de Regulação Económica
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CESP	Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSP	Documento de Estratégia Nacional
DCRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DNA	Direcção Nacional do Ambiente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESGAS	Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GAISG	Gabinete Ambiental e de Integração Social e de Género
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade do Género
IIGA	Índice Ibrahim de Governação em África
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
Lei VBG	Lei Especial sobre Violência Baseada no Género
MCA	<i>Millennium Challenge Account</i>
MDE	Memorando de Entendimento
MPD	Movimento para a Democracia
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional para as Migrações (Nações Unidas)
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe; a que se juntou a Guiné Equatorial em 2011)
PATAGT	Plano de Acção para a Transversalização da Abordagem de Género no Turismo
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (Plano do Governo de Cabo Verde a ser preparado em Junho de 2017)
PEID	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNIG	Plano Nacional de Igualdade de Género
PNVBG	Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UE	União Europeia
VBG	Violência Baseada no Género

# ÍNDICE

<b>Prefácio e Agradecimentos</b>	<b>i</b>
<b>Mapa de Cabo Verde</b>	<b>ii</b>
<b>Perfil de Género de Cabo Verde: Alguns Factos</b>	<b>iii</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>iv</b>
<b>1 CONTEXTO DO PAÍS E OBJECTIVO DO PERFIL DE GÉNERO</b>	<b>2</b>
1.1. CONTEXTO DO PAÍS	3
1.2. OBJECTIVO DO PERFIL DE GÉNERO	4
1.3. METODOLOGIA PARA O PERFIL DE GÉNERO	5
1.4. ESTRUTURA DO PERFIL DE GÉNERO PARA CABO VERDE	5
<b>2 QUADROS INSTITUCIONAIS, LEGAIS E DE POLÍTICAS</b>	<b>6</b>
2.1. CONJUNTURA POLÍTICA	7
2.2. QUADRO INSTITUCIONAL	8
2.3. QUADRO LEGAL	8
<b>3 O ESTADO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM CABO VERDE</b>	<b>10</b>
Figura 1 – Disparidade entre os géneros em Cabo Verde	11
3.1. QUESTÕES SISTÉMICAS DO PAÍS	11
3.1.1. Geografia das Ilhas	11
3.1.2. Mudanças Demográficas	12
3.1.3. Padrões de Emigração/Imigração	13
3.1.4. Famílias Chefiadas por Mulheres	13
3.1.5. Emprego/Desemprego	13
Figura 2 – Emprego por Sector/indústria e por Sexo	14
Figura 3 – Desemprego 2015-2016 por Sexo e Região	14
Figura 4 – Taxa de Participação no Mercado de Trabalho 2015-2016 por Sexo e Região (Fonte: INE, 2017)	15
3.1.6. Trabalho Não-Remunerado: A Economia do Cuidado	15
3.1.7. Violência Baseada no Género (VBG)	16
3.2. GÉNERO E POBREZA	16
3.3. GÉNERO E CAPITAL HUMANO	17

3.3.1. Educação	17
3.3.2. Saúde Reprodutiva	17
3.3.3. Desenvolvimento de Capacidades e Formação	17
3.3.4. Voz e Participação	18
3.4. GÉNERO E ECONOMIA	18
3.4.1. Visão Geral sobre a Capacitação Económica das Mulheres	18
3.4.2. Género e Agricultura	19
3.4.3. Género e Turismo	19
3.4.4. Género e Infra-estruturas	20
3.4.5. Género e o Sector das Pescas	20
3.5. GÉNERO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	21
<b>4 A ONU MULHERES, O BAD E OUTROS PARCEIROS PRINCIPAIS DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE</b>	<b>22</b>
4.1. ONU MULHERES	23
4.2. BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD)	23
4.3. OUTROS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	24
<b>5 POTENCIAL PARA ACÇÃO E ÁREAS PRIORITÁRIAS</b>	<b>26</b>
<b>6 RECOMENDAÇÕES</b>	<b>28</b>
<b>7 CONCLUSÕES</b>	<b>30</b>
<b>BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>34</b>
Anexo 1 - Tabelas de Dados sobre Género em Cabo Verde	35
Tabela 1: Perfil de Dados Essenciais	35
Tabela 2: Indicadores Principais de População, 1995-2015	36
Tabela 3: Dados das Forças de Trabalho para Cabo Verde	36
Anexo 2 – Reuniões & Contactos, Missão do Perfil de Género 8-19 Maio 2017	37
Anexo 3 – Recomendações sobre Perfil de Género para o Banco Africano de Desenvolvimento em Cabo Verde	39
Anexo 4 – Parceiros Doadores Internacionais Seleccionados em Cabo Verde	40
Nações Unidas	40
União Europeia (UE)	40
O Millennium Challenge Account (MCA)	40
Banco Mundial (em Abril de 2017)	40



## Prefácio e Agradecimentos

Em Julho de 2016, o Ministro das Finanças de Cabo Verde solicitou a assistência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o desenvolvimento de um Perfil de Género do País no âmbito da Revisão Intercalar ao Documento de Estratégia Nacional (2014-2018). O BAD contactou a organização ONU Mulheres, parceira de longa data do Governo de Cabo Verde e com programa presença no país, para que colaborasse neste projecto. O Perfil de Género destina-se a ser um guia para o BAD e para a ONU Mulheres no seu apoio aos esforços do Governo para a promoção de igualdade de género e desenvolvimento inclusivo em Cabo Verde e um contributo para o diálogo sobre a igualdade de género do Governo, dos parceiros doadores e da sociedade civil.

A equipa escolhida para o desenvolvimento do Perfil de Género foi composta por Koffi Marc Kouakou, Economista-Estatístico Principal de Género e Gestor de Projectos pelo Banco Africano de Desenvolvimento; Mamadou Bobbo Diallo, Especialista em Macroeconomia e Gestor de Projectos pela ONU Mulheres; a Coordenadora do Programa da ONU Mulheres em Cabo Verde, Vanilde Furtado; Especialista de Programa, Cláudia Rodrigues, e a Responsável pela Comunicação, Ekvity Dos Santos; e uma consultora de economia de género, Kathleen Barnett, Ph.D. A equipa recebeu o apoio e a orientação de Adalbert Nshimuyemuri, o Economista-Chefe do País, e de Basil Jones, do Programa de Género e Coordenador de Política do BAD.

Além do Ministro das Finanças, o Dr. Olavo Correia, um dos principais parceiros governamentais da missão foi a Ministra da Educação, Família e Inclusão Social, a Dra. Maritza Rosabal. Um grupo consultivo composto por representantes de todos os ministérios e agências relevantes foi especialmente útil no decorrer de toda a missão. Os nossos agradecimentos vão também

para o Ministro da Economia e do Emprego, o Dr. José Gonçalves e para muitos outros responsáveis do Governo, dos parceiros doadores, representantes de organizações da sociedade civil e as mulheres que partilharam individualmente os seus conhecimentos e conselhos sobre questões de género, necessidades do programa e prioridades de políticas.

A equipa da missão entrevistou inúmeras das partes interessadas e recolheu o máximo de informação que foi possível, embora nem todas as fontes de informação ou questões importantes pudessem ser incluídas devido às limitações de tempo e dos recursos disponíveis para o fazer, mas o relatório destaca as áreas onde será necessário mais trabalho no futuro. Alguns relatórios e dados Governamentais que eram aguardados não estiveram disponíveis aquando da redacção deste documento, incluindo o novo Plano do Governo (PEDS) e dados de género do Recenseamento Geral Agricultura 2015 levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), os quais poderiam ser assuntos importantes para análises futuras em matéria de género. São por isso bem-vindas as correcções a factos, omissões, ou interpretações equivocadas que aqui se encontrem.

O relatório foi elaborado pela equipa da missão. A equipa agradece especialmente os contributos da escritora principal, Kathleen Barnett e os comentários úteis dos revisores do BAD sobre um Documento Temático inicial, Sra. Nathalie Gisabo Gahunga, Dirigente Principal de Género, Sra. Mónica Lomeña-Gelis, Responsável Principal de Avaliação, e Egidia Rukundo, Especialista Principal em Género.

O apoio financeiro do Governo da Suíça através da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) é reconhecido com grande apreço.

## Mapa de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é composta por 10 ilhas (nove são habitadas) localizadas no Oceano Atlântico a aproximadamente 450 km do Senegal, na costa Oeste de África. Conforme se pode ver no mapa que se segue, as ilhas estão agrupadas pelo Barlavento (a Norte): Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau,

Sal, Boa Vista; e pelo Sotavento (a Sul): Maio, Santiago (São Tiago), Fogo, Brava. As cidades principais de Praia e do Tarrafal localizam-se em Santiago, e Mindelo, o principal porto do país, fica em São Vicente. As principais ilhas turísticas são o Sal e a Boa Vista.





## Perfil de Género de Cabo Verde: Alguns Factos

**População:** 525 000; 50% mulheres/homens <sup>a)</sup>

**Proporção populacional nas 3 ilhas mais populosas:** Santiago 60%; São Vicente 15%; Santo Antão 11% <sup>b)</sup>

**População urbana/rural:** 64%/36% <sup>c)</sup>

**Taxa de pobreza relativa:** 24,2% <sup>d)</sup>

**Família chefiadas por mulheres:** 46% <sup>e)</sup>

**Taxa de pobreza das famílias, chefiadas por mulheres/homens:** 33%/21% <sup>e)</sup>

**Proporção das mulheres no mercado de trabalho:** 40% <sup>c)</sup>

**Proporção das mulheres/homens no trabalho agrícola:** 40%/20% <sup>c)</sup>

**Taxa de conclusão de escolaridade primária das raparigas/total:** 97,2%/97,1% <sup>c)</sup>

**Taxa de matrículas escolares no ensino secundário de raparigas/rapazes:** 98,3%/87,7% <sup>c)</sup>

**Alfabetização de adultos dos quais mulheres/homens:** 84,7%/92,5% <sup>f)</sup>

**Esperança média de vida à nascença de mulheres/homens:** 80/72 <sup>g)</sup>

**Taxa de Utilização de Contraceptivos:** 63,1% <sup>f)</sup>

**Taxa de Fertilidade:** 2,3 <sup>h)</sup>

**Taxa de Mortalidade Materna:** 47 por 100 000 nados vivos <sup>d)</sup>

**Taxa de Mortalidade Infantil:** 15,3 por 1 000 nados vivos <sup>d)</sup>

**Prevalência de VIH/SIDA em mulheres/homens com idades entre os 15-24:** 0,4% <sup>i)</sup>

**Pontuação e classificação no Índice de Desenvolvimento Humano:** 0,65; 122º em 188 países <sup>c)</sup>

Ano da Estatística; Fonte

<sup>a)</sup> 2015; INE 2017

<sup>b)</sup> 2007; INE

<sup>c)</sup> 2016; Estatísticas de África do BAD 2017

<sup>d)</sup> 2015; INE 2017

<sup>e)</sup> 2015; INE & ICIEG, Homens e Mulheres em Cabo Verde;

<sup>f)</sup> 2015, Estatísticas de África do BAD 2017

<sup>g)</sup> 2017; INE 2017

<sup>h)</sup> 2014; INE 2017

<sup>i)</sup> 2005; INE 2017

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo de Cabo Verde, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a ONU Mulheres estão empenhados na promoção da igualdade de género em Cabo Verde como um direito fundamental das mulheres Cabo-verdianas, bem como um requisito para o desenvolvimento económico e social do país.

Desde a independência, há apenas 42 anos, os governos de Cabo Verde têm consistentemente feito do desenvolvimento humano uma prioridade. Com o apoio de doadores internacionais e uma sociedade civil vibrante e comprometida, o país melhorou as suas condições sociais e económicas, incluindo com avanços significativos nos direitos das mulheres e na igualdade de género.

Muitos objectivos de igualdade de género foram alcançados, principalmente em matéria de educação e de saúde, e os excelentes estudos de políticas analisaram lacunas específicas e recomendaram soluções. A ONU Mulheres em Cabo Verde tem apoiado o Governo de Cabo Verde em avançar com a Agenda de Género através de estudos e assistência técnica em questões-chaves que preocupam os dirigentes governamentais e os defensores da igualdade de género, incluindo Economia Reprodutiva e de cuidados; género no sector do turismo; direitos sexuais e reprodutivos e direitos das mulheres jovens e das raparigas, incluindo estudantes grávidas; acesso das mulheres à água e ao saneamento; direitos de propriedade, protecção social; formação em género para agências governamentais e eleitos, incluindo em orçamentos sensível ao género, e especialmente na Lei de 2011 Contra a Violência Baseada no Género (Lei VBG) com as suas provisões para os serviços de protecção contra a violência, punição e reabilitação de agressores, e sensibilização pública das mulheres e dos homens.

Contudo, os papéis das mulheres e dos homens em Cabo Verde continuam a negar a igualdade plena das mulheres, limitam o seu acesso aos recursos e aos respetivos benefícios, e limitam a sua capacidade para contribuir plenamente para um crescimento sustentável e equitativo. Muitas questões de saúde, de educação e de direito prevalecem, inclusivamente para as mulheres e raparigas que enfrentam desafios específicos de

isolamento rural, desvantagens físicas, ou abuso sexual, mas as questões principais que mantêm a maioria das mulheres na pobreza e na baixa produtividade são a falta de:

- **Tempo** – O ónus das responsabilidades básicas domésticas e de cuidados com os dependentes, e a falta de acesso à água, saneamento e transporte são os factores principais que limitam o tempo que as mulheres têm para o trabalho produtivo;
- **Terra** – A falta de titularidade formal para a propriedade de terra limita o acesso ao crédito e a capacidade de construir activos;
- **Financiamento** – A falta de acesso a fundos inibe o crescimento e a produtividade dos esforços empresariais; a procura por microcrédito é maior do que a oferta disponível e os custos dos empréstimos comerciais são demasiado elevados;
- **Conhecimento** – A falta de conhecimento sobre as opções de actividades produtivas estáveis e rentáveis, e a falta de serviços contínuos e de estruturas de suporte para desenvolver capacidades e aumentar a produção e o acesso aos mercados.

Estas barreiras ao trabalho produtivo e ao rendimento das mulheres, contrastadas com os ganhos impressionantes realizados nas áreas sociais e de saúde, sugerem que a chave para o próximo grande salto na igualdade de género em Cabo Verde, bem como para na redução de pobreza e no crescimento económico, é a capacitação económica das mulheres.

As acções para a promoção da capacitação económica das mulheres serão mais eficazes se forem devidamente coordenadas ao invés de serem realizadas através de projectos separados. Como tal, uma das principais recomendações para o Governo, e para o apoio da ONU Mulheres e do Banco Africano de Desenvolvimento, é a criação de um programa bandeira para a capacitação económica das mulheres em Cabo Verde.

Um programa de Cabo Verde para a capacitação

económica das mulheres pode ser feito à imagem do modelo de sucesso utilizado na campanha do país contra a violência baseada no género, de modo a envolver todos os sectores da sociedade e os parceiros internacionais num esforço multifacetado e plurianual para a melhoria da participação económica e da produtividade das raparigas e das mulheres. O programa de bandeira proposto também poderia constituir-se como o foco para mecanismos de financiamento inovadores, com a ajuda da ONU Mulheres e do BAD, bem como de outros parceiros doadores, para se assegurar que a igualdade de género não seja limitada pelas restrições das finanças públicas.

As prioridades para o novo programa devem ser focadas, realizáveis e mensuráveis. As oito prioridades sugeridas são as que se seguem:

- **Apoiar o Governo nos seus compromissos sobre género** no Programa para a IX Legislatura e no PNIG, **especialmente no compromisso com a prestação de serviços sociais de cuidados** que libertem as mulheres para o trabalho produtivo, e **apoiar a finalização e implementação da Lei de Paridade**;
- **Apoiar as mulheres na agricultura e em pequenas empresas em áreas rurais e urbanas com assistência técnica contínua e financiamento** para melhorar o seu acesso aos mercados e para criar e melhorar planos de negócios para o crescimento económico;
- **Criar um processo participativo para definir políticas e programas para a transição do trabalho informal para o trabalho formal** de modo a assegurar que as necessidades e as expectativas das mulheres no sector informal sejam abordadas e que beneficiem

economicamente dessa transição;

- **Melhorar a capacidade do mecanismo de género do ICIEG, e do INE para recolher, analisar e interpretar estatísticas desagregadas por sexo e estudos qualitativos para os sectores do turismo, da agricultura e das pescas**;
- Fornecer **assistência técnica e formação nos ministérios e nas agências governamentais para a integração da análise de género** e o uso de dados desagregados por sexo no planeamento, orçamento e gestão de políticas e programas;
- **Criar programas para facilitar a ligação entre as escolas e os empregos**; mudar as expectativas estereotipadas da família, dos professores e dos estudantes quanto ao emprego; e garantir os serviços de saúde reprodutiva juvenil como base para a produtividade económica;
- Usar comunicações públicas para **aumentar a sensibilização pública sobre a necessidade de participação económica e política equitativa das mulheres** para que o país possa atingir um crescimento económico inclusivo e sustentável.

Cabo Verde já alcançou até à data padrões impressionantes de igualdade de género, e fê-lo através do compromisso das sucessivas administrações governamentais a trabalhar com uma sociedade civil envolvida. Já está criada uma base sólida para um “passo em frente” em matéria de maior igualdade na vida económica e política, que poderia impulsionar o crescimento económico à medida que as capacidades empresariais e produtivas das mulheres forem melhor aproveitadas.





1

---

**CONTEXTO DO PAÍS E OBJECTIVO DO  
PERFIL DE GÉNERO**

---

## 1.1. CONTEXTO DO PAÍS

A República de Cabo Verde tem vindo a fazer melhorias consideráveis nas condições sociais e económicas e na promoção da igualdade de género desde a sua independência de Portugal em 1975, mas enfrenta agora sérios desafios à continuidade destes progressos, incluindo restrições macroeconómicas, ausência de crescimento no emprego, incertezas políticas e económicas globais, e riscos climáticos.

Em 2007, 32 anos após a independência, Cabo Verde conseguiu passar da lista das Nações Unidas dos países menos desenvolvidos para o grupo dos países com rendimento médio-baixo devido à melhoria nos indicadores sociais e demográficos básicos. A taxa de pobreza do país tem vindo a diminuir de forma constante e os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram uma taxa de pobreza de 24,2% em 2015, comparada com 37% em 2001, embora estas taxas permaneçam mais altas para as mulheres e nas zonas rurais. O PIB *per capita* em 2015 foi de 3 830 USD e Cabo Verde atingiu todos os seus Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) com apenas duas exceções: o rácio de matrículas feminino/masculino no ensino primário de 0,92 (dados de 2012) foi apenas ligeiramente inferior ao objetivo que era de 0,96, e a percentagem de mulheres no parlamento foi de 20,8% em relação ao objetivo de 30%.

O país alcançou este progresso apesar de se encontrar em condições extremamente difíceis: é um arquipélago de ilhas vulcânicas dependente de chuvas sazonais e propenso a secas, sem terras agrícolas ou recursos naturais, e dependente de importações até mesmo para necessidades básicas. Entre os fatores sócio-políticos creditados para o sucesso de Cabo Verde estão o seu investimento precoce e consistente no desenvolvimento humano, a criação de instituições e processos governamentais robustos e estáveis, e a unidade da população que partilhou da conquista da independência há apenas 42 anos atrás, que tem orgulho na sua cultura única incluindo a música (morna) tornada famosa mundialmente por Cesária Évora, e sem diferenças religiosas ou étnicas<sup>1</sup>, e onde se falam as línguas comuns de Português e crioulo Cabo-verdiano.

Outro fator crítico foi também o forte apoio de doadores internacionais, principalmente de países europeus que apoiaram a sua luta pela libertação de Portugal, e mais tarde a União Europeia (UE) e do próprio Portugal, cujo governo mudou em 1974 depois de uma revolta militar contra a continuação das guerras coloniais africanas. Hoje, Cabo Verde goza de uma reputação de prudência e de integridade no uso dos fundos dos doadores e ocupa o terceiro lugar no desempenho da governação entre os 52 estados africanos no mais recente Índice Mo Ibrahim de Governação em África (IIAG).

Outra forma importante de apoio económico tem sido as remessas da grande comunidade da diáspora por parte daqueles que emigraram em busca de trabalho<sup>2</sup> e que agora superam em número a população residente no país. Em quase todas as famílias Cabo-verdianas há familiares no estrangeiro e as remessas da diáspora são uma fonte de rendimento para muitas famílias bem como para o governo.

Cabo Verde foi inicialmente um estado de partido único, com o partido que liderou o movimento da independência (PAIGC/posteriormente o PAICV), que tomou as rédeas na melhoria das condições sociais e na liderança da economia através de empresas e iniciativas estatais. Em 1985 começaram as tentativas de diversificação e de apoio económico ao sector privado e, em 1990, as alterações à constituição permitiram a realização de eleições democráticas multipartidárias. Os governos sucessivos têm vindo a colocar maior ênfase no sector privado e iniciaram a privatização de empresas públicas, o que trouxe mais Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente da zona Euro e principalmente concentrado na indústria do turismo.

Com poucos recursos, a economia do país aproveita-se da sua localização no Atlântico a apenas uma hora e meia de avião do Senegal, 4 horas de Portugal e 6 horas do Brasil, e está centrada no turismo, nos serviços, comércio e transportes. De 2000 a 2007 o turismo cresceu de 7% do PIB para praticamente 20%, elevando a taxa de crescimento do PIB para 15,2%. Contudo, a crise financeira global de 2008 causou uma forte redução no turismo e o crescimento do PIB contraiu para -1,3% em 2009.

<sup>1</sup> A população é principalmente Católica-Romana e de descendência mista africano-europeia.

<sup>2</sup> A diáspora de Cabo Verde está localizada principalmente em Portugal, nos EUA, em França, em Itália e na Holanda, com uma pequena presença noutros países da Europa e de África.



As despesas contra-cíclicas para compensar os efeitos da crise aumentaram os níveis de dívida pública, que chegou a atingir 125,8% do PIB no final de 2015, embora o FMI tenha estimado que o serviço da dívida tenha permanecido controlável devido ao alto grau de concessão da dívida externa (FMI, 2016, p.4). Em 2016 o crescimento do PIB recuperou para 3%, mas com uma previsão muito menor do que nos anos anteriores<sup>3</sup>, e existe pressão das instituições financeiras internacionais para que se reduzam as despesas e se controle a dívida pública. O novo governo eleito em Março de 2016 tem enfrentado estes desafios macroeconómicos com o compromisso de fortalecer o sector privado, especialmente no sector do turismo como motor de crescimento económico, e de reduzir ainda mais o papel do Estado, ao mesmo tempo que renova o empenho com os compromissos para com o bem-estar social, a redução da pobreza e a igualdade de género.

Cabo Verde é uma democracia parlamentar multipartidária e, em 2016, ocupava o 23º lugar em 167 países no *The Economist Democracy Index*, a classificação mais alta de qualquer país africano exceto a Maurícia que ocupou o 18º lugar. As eleições mais recentes, realizadas em Março de 2016, resultaram na vitória do Movimento para a Democracia (MPD) que derrotou assim o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)<sup>4</sup> pela primeira vez em 15 anos. O Primeiro-Ministro é agora Ulisses Correia da Silva. O atual governo continua com o compromisso dos seus predecessores em matéria de investimento em capital humano e infra-estruturas económicas, bem como na igualdade de género e com boa gestão macroeconómica – incluindo uma política e uma estratégia monetária estável para se poder adaptar às mudanças na economia global.<sup>5</sup>

As prioridades governamentais descritas no Programa do Governo para a IX Legislatura incluem uma secção detalhada sobre as questões e necessidades de género. O Governo está atualmente a desenvolver um novo Plano Nacional para 2017-2021, o PEDS (Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável). O documento preliminar de metodologia para o PEDS descreve três pilares para o desenvolvimento sustentável: Soberania,

Economia e Sociedade.<sup>7</sup>

Tanto no Programa do Governo quanto no projeto do PEDS, o Governo estabelece objetivos ambiciosos de crescimento para o sector do turismo como motor do crescimento económico global do país, com a expectativa de que possa estimular o crescimento nos sectores locais da agricultura, pesca, indústrias ligeiras de exportação, e nas artes e cultura<sup>8</sup>, com benefícios para as pequenas empresas e para o emprego, e a proteção dos rendimentos das famílias contra a pobreza e os riscos externos.

## 1.2. OBJECTIVO DO PERFIL DE GÉNERO

O objetivo do Perfil de Género de Cabo Verde é orientar a ONU Mulheres e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no seu apoio ao Governo para a integração e incorporação das questões de género, de modo a maximizar os esforços tanto para a igualdade de género como para a redução da pobreza. As principais questões de género levantadas pelo Perfil de Género, e que estejam alinhadas com o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG), serão tidas como a referência tanto pela ONU Mulheres como pelo Banco Africano de Desenvolvimento na preparação dos seus projetos e programas para Cabo Verde.

Um relatório preliminar forneceu informações para o encontro regional na África Ocidental da ONU Mulheres, em Maio de 2017, e para a revisão intercalar do Banco Africano de Desenvolvimento (MTR) do Documento Estratégico Nacional 2014-18 (CSP) em Junho de 2017, e o Perfil final de Género informará o próximo CSP do Banco para Cabo Verde. O relatório servirá também para fornecer análises e recomendações de género ao Governo de Cabo Verde, e servirá de orientação para outros parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

<sup>3</sup> BAD-Banco Mundial.

<sup>4</sup> O candidato do PAICV foi Janira Hoppfer Almada, a primeira mulher a liderar um partido político em Cabo Verde.

<sup>5</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, Nov. 2012, *Cabo Verde – Uma História de Sucesso*.

<sup>6</sup> República de Cabo Verde, 2016, Programa do Governo para a IX Legislatura 2016-2021, p. 79-82.

<sup>7</sup> Ministério das Finanças, DNP/GMF, 2016, Metodologia de Formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) de Cabo Verde – 2017/2021, Setembro.

<sup>8</sup> República de Cabo Verde, Programa do Governo, *op.cit.*, p.41

### **1.3. METODOLOGIA PARA O PERFIL DE GÉNERO**

A metodologia para o Perfil de Género foi a seguinte: uma extensa revisão documental de relatórios, documentos e dados do Governo de Cabo Verde, da sociedade civil, da ONU Mulheres, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outras organizações internacionais; a preparação de um Documento Temático da situação de referência baseado na revisão documental; uma missão a Cabo Verde para a realização de entrevistas, reuniões, e grupos focais com representantes do Governo, da sociedade civil e dos grupos de mulheres, e um workshop consultivo para a apresentação e discussão dos resultados preliminares; e a elaboração deste relatório incorporando comentários da equipa de Perfil de Género da ONU Mulheres – Banco Africano de Desenvolvimento e dos revisores independentes.

### **1.4. ESTRUTURA DO PERFIL DE GÉNERO PARA CABO VERDE**

A estrutura deste relatório é a seguinte: A Secção 1 fornece o contexto do país e o objetivo e a Secção 2 resume os quadros institucionais, legais e de políticas relevantes. A Secção 3 é o coração do relatório e analisa o estado da igualdade de género em Cabo Verde quanto às suas questões principais e quanto a quatro áreas do desenvolvimento económico que são fundamentais para os objetivos de crescimento do Governo: turismo, agricultura, infra-estruturas e pescas. A Secção 4 discute o trabalho atual da ONU Mulheres e do BAD em Cabo Verde bem como de outros dos parceiros principais de desenvolvimento; e a Secção 5 apresenta as recomendações e as conclusões.



## 2

# QUADROS INSTITUCIONAIS, LEGAIS E DE POLÍTICAS

O Governo de Cabo Verde, através dos seus quadros institucionais, legais e de políticas, aumentou significativamente os direitos e as oportunidades das mulheres como cidadãs iguais. O actual Governo, eleito em Março de 2016, está empenhado em fazer progredir ainda mais este processo.

As sub-secções em baixo discutem o seguinte: 2.1 – os mecanismos de política para se alcançar a igualdade de género, nomeadamente a estrutura do governo e a liderança dos seus poderes executivos, legislativos e judiciais; 2.2 – o quadro institucional para a igualdade de género que se constitui como o “mecanismo de género” do governo, o termo das Nações Unidas para os departamentos ou divisões do governo que lideram e gerem as políticas relacionadas com género; 2.3 – o quadro legal para os direitos das mulheres, incluindo a constituição, a legislação relevante, e as disposições para a implementação e a aplicação efetiva dos direitos legais.

## 2.1. CONJUNTURA POLÍTICA

Segundo a constituição, o governo de Cabo Verde é quem “define, lidera e executa a política geral interna e externa do país”.<sup>9</sup> O chefe de governo é o Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva, cujo partido, o Movimento para a Democracia (MPD) ganhou a maioria dos assentos na Assembleia Nacional em Março de 2016, derrotando o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) pela primeira vez em 15 anos. Incluindo o Primeiro-Ministro, o executivo tem 12 ministros, três dos quais são mulheres.<sup>10</sup> O chefe de estado é o Presidente Jorge Carlos de Almeida Fonseca, reeleito em 2016 para um segundo mandato de cinco anos.

A Assembleia Nacional, que é composta por uma única câmara, tem 72 membros eleitos por voto popular a cada 5 anos. O MPD, com maioria, possui atualmente 40 assentos (50%), o PAICV possui 29 assentos (40%) e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática possui 3 assentos (4%). O Presidente da Assembleia

Nacional é Jorge Pedro Maurício dos Santos (MPD). Dos candidatos a deputados nas eleições de Março de 2016, quase um terço eram mulheres (173 de 551) e as mulheres obtiveram 23,6% dos assentos (17 de 72)<sup>11</sup>, colocando Cabo Verde na 75ª posição no Índice de Mulheres nos Parlamentos Nacionais<sup>12</sup>. A quota de 23,6% dos assentos ficou muito aquém do objetivo de 40% proposto pela Rede de Mulheres Parlamentares (RMP) de Cabo Verde<sup>13</sup> e ficou também aquém do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio que era 30%.

O Sistema Judiciário de Cabo Verde é independente do executivo e da legislatura. O sistema judicial consiste num Supremo Tribunal de Justiça com membros nomeados pelo Presidente, pela Assembleia Nacional e pelo Conselho de Justiça; e nos tribunais regionais. Diferentes tribunais julgam casos civis, constitucionais e criminais, com recurso ao Supremo Tribunal. Os procuradores do ministério público são nomeados pelo Ministério da Justiça. Os juizes são nomeados pelo Supremo Tribunal com base em nomeações do Conselho Supremo de Magistratura. A Comissão Nacional de Direitos Humanos defende os direitos humanos e civis da população. (A proporção das mulheres no sistema judicial encontra-se no Anexo). Cabo Verde apresenta níveis relativamente elevados de transparência e níveis relativamente baixos de corrupção em comparação com os outros países africanos.

As prioridades políticas do Governo estão delineadas no Programa do Governo para a IX Legislatura, de 2016. As questões de género representam dois dos onze compromissos para a próxima década e o Programa do Governo está focado nas causas das desigualdades de género na sua abordagem à inclusão social. O documento preliminar relativo ao novo plano nacional denominado PEDS (Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável), dá continuidade ao compromisso assumido nos planos nacionais anteriores<sup>14</sup> para a igualdade de género, que está incluída como um dos quatro objectivos no âmbito do Pilar Social.<sup>15</sup>

<sup>9</sup> Constituição da República de Cabo Verde 1992, alterada em 2010.

<sup>10</sup> Ministra da Justiça e do Trabalho, Dra. Janine Lélis; Ministra da Educação e Ministra da Família e da Inclusão Social, Dra. Maritza Rosabal Peña; Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Dra. Eunice Silva.

<sup>11</sup> Angop, Cabo Verde/Eleições: “Cento e 73 candidatas a deputados são mulheres”, 14 de Março de 2016.

<sup>12</sup> <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

<sup>13</sup> Entrevista a Graça Sanches, Presidente 2013-16 da Rede de Mulheres Parlamentares (RMP).

<sup>14</sup> O plano nacional anterior foi o GPRSP-III / Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza 2012-16 (DCRP) III.

<sup>15</sup> Ministério das Finanças DNP/GMF, 2016, Metodologia de Formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) de Cabo Verde – 2017/2021, Setembro.



O país tem o seu terceiro plano de género, o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2015 - 2018. O PNIG enumera oito áreas estratégicas: saúde; direitos sexuais e reprodutivos; violência baseada no género; educação e formação profissional; economia produtiva; economia reprodutiva; participação política e tomada de decisões; e integração de género nas políticas públicas. Existe ainda um Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género 2015 - 18 (PNVBG). O PNVBG concentra-se nos esforços de educação e de comunicação social para o aumento da sensibilização para o problema, tanto das mulheres como dos homens, bem como no apoio às vítimas, e inclui medidas específicas para se implementar e se cumprir a Lei Nacional de Violência Baseada no Género (Lei de VBG).

Cabo Verde é signatário da Carta dos Direitos Humanos e das convenções e protocolos regionais e internacionais relacionados com as questões de género, cujas disposições são incorporadas automaticamente no direito nacional de acordo com a Constituição. O país reconhece as disposições da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), do Plano de ação do Cairo e do Plano de ação de Pequim, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, como objectivos importantes para a igualdade das mulheres.

## 2.2. QUADRO INSTITUCIONAL

Em 1995, a Plataforma de ação de Pequim pediu aos países para que estabelecessem mecanismos institucionais para a promoção da mulher, e especificamente “mecanismos nacionais... como unidade central de coordenação de políticas dentro dos governos... para apoiar a integração da perspectiva da igualdade de género ao nível de toda a governação e em todas as áreas de políticas”.

Em Cabo Verde, a organização governamental na liderança das questões de género é o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) que foi criado em 1994 (então o Instituto da Condição Feminina). O ICIEG é responsável pelo avanço das políticas governamentais para a igualdade de direitos das mulheres e pela plena participação das mulheres em todas as esferas da vida nacional. Existe também uma função de coordenação das questões de género

na Agência Nacional de Água e Saneamento através do Gabinete Ambiental e de Integração Social e de Género (GAISG).

Durante muitos anos o ICIEG foi a principal agência governamental na promoção de legislação e de políticas para os direitos das mulheres. Mais recentemente, este instituto desempenhou o papel de coordenação do esforço multifacetado para a adoção da histórica lei contra a violência baseada no género – a Lei VBG (ver em baixo, Sec.2.3).

Em 2012 o ICIEG acordou com o Instituto Nacional de Estatística, INE, a criação de uma plataforma virtual para todos os dados de género – o Observatório de Género – que o Governo lançou em Dezembro de 2016 (<http://ine.cv/ObservatorioGenero/>). O Observatório de Cabo Verde é um modelo de colaboração entre um instituto nacional de estatísticas e um mecanismo de género, e sublinha o potencial dos dados desagregados por sexo no apoio à administração e planeamento do governo para um desenvolvimento inclusivo e equitativo.

## 2.3. QUADRO LEGAL

A Constituição de Cabo Verde, que foi promulgada em 1980, cinco anos após a independência, reconheceu a “igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção quanto à origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, ou convicções políticas ou ideológicas, e condições sociais, e assegura o pleno exercício das liberdades fundamentais para todos os cidadãos” (Art. 1.2).

A Constituição foi alterada e atualizada diversas vezes, e mais recentemente foi-o em 2010. As alterações introduzidas em 1992 serviram para estabelecer um sistema de governo parlamentar multipartidário e proporcionar uma ampla gama de garantias democráticas. A Constituição proíbe especificamente a discriminação baseada no sexo e o Artigo 7º exige que o governo remova os obstáculos à igualdade de oportunidades – sejam económicas, sociais, culturais e políticas, especialmente as que discriminam contra as mulheres na família ou na sociedade. O Artigo 47º proíbe o uso de palavras ou comportamentos que promovam a discriminação contra as mulheres; o Artigo 54º aprova a participação igualitária entre as mulheres e os homens na vida política; e o Artigo 81º estabelece as bases para a lei mais recente

que criminaliza a violência doméstica, a Lei VBG.

Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que assinou em Dezembro de 1980. Cabo Verde é também signatário de outros protocolos internacionais sobre os direitos das mulheres, inclusive os da prevenção, supressão e punição do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, e as leis nacionais impõem uma pena de prisão de 2 a 8 anos a qualquer pessoa presa pela prática, pelo apoio ou pelo incentivo à prostituição. Uma lei de 1986 veio estipular que, em determinadas circunstâncias, a interrupção voluntária da gravidez já não seria uma infração punível.

Outras leis relevantes para o género são o Livro da Família do Código Civil (1997), o Código do Trabalho, o Código Eleitoral (1999), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 2013. O Código do Trabalho prevê 60 dias de licença de maternidade, desde 2007.

Em 2011, os ativistas da sociedade civil e os defensores do governo nos ramos executivo e legislativo e apoiados pela ONU Mulheres em Cabo Verde e ainda outras organizações internacionais de desenvolvimento ganharam um importante marco jurídico com a aprovação da Lei sobre Violência de Género (Lei Especial sobre Violência Baseada no Género, “Lei VBG”), depois de uma campanha sustentada que incluiu educação por rádio e televisão.





3

---

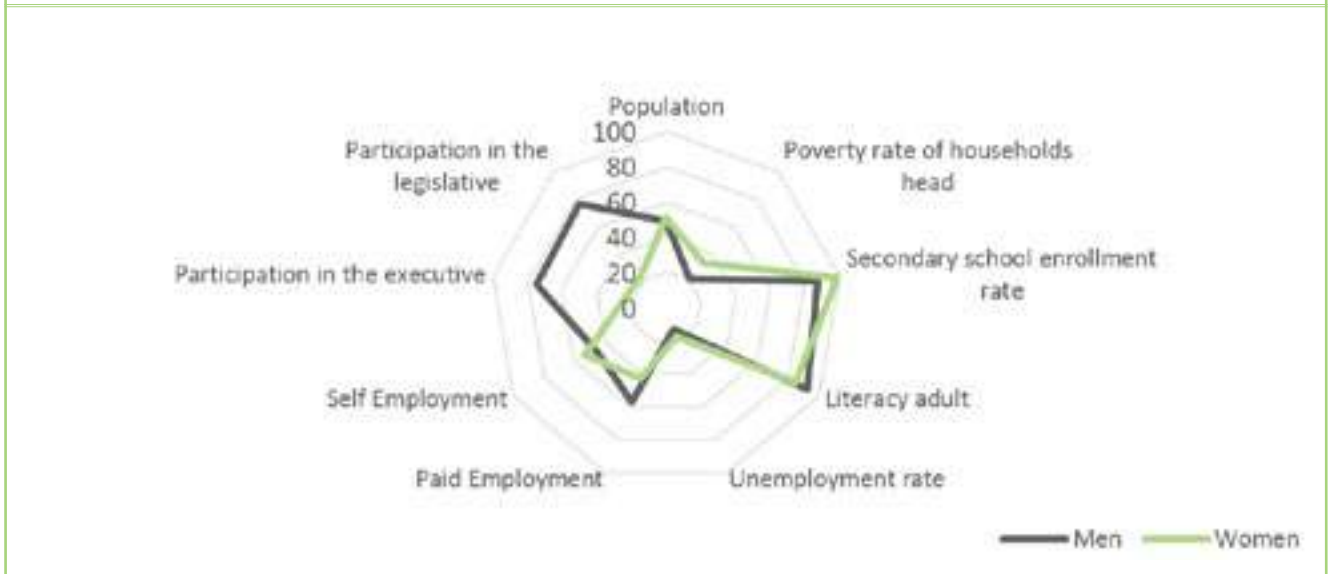
**O ESTADO DA IGUALDADE DE GÉNERO  
EM CABO VERDE**

---

Cabo Verde está entre os melhores países relativamente ao índice que mede as Disparidades Globais entre Géneros, publicado pelo Fórum Económico Mundial, e também no Índice de Igualdade de Género do BAD: é o 5º entre os países de rendimento médio, o 6º na África Subariana, e o 36º entre 144 países do mundo inteiro.

Contudo, a sua posição elevada deve-se sobretudo à sua classificação em três das quatro áreas do índice: educação, saúde e representação política. Na quarta área, participação e oportunidade económica, a classificação de Cabo Verde é baixa – ocupa o 115º lugar nesta categoria.

**Figura 1 – Disparidade entre os géneros em Cabo Verde** (Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento)



**Tradução dos textos da figura 1:**

- Paid Employment:* Emprego Remunerado
- Self Employment:* Emprego por Conta Própria
- Participation in the executive:* Participação no executivo
- Participation in the legislative:* Participação no legislativo
- Population:* População
- Poverty rate of households head:* Taxa de pobreza dos chefes de família
- Secondary school enrollment rate:* Taxa de matrículas no ensino secundário
- Literacy adult:* Alfabetização de adultos
- Unemployment rate:* Taxa de desemprego
- Men:* Homens
- Women:* Mulheres

As secções abaixo apresentam uma visão geral dos progressos e das disparidades na igualdade de género na perspectiva de: 3.1 Questões Sistémicas do País; 3.2 Género e Pobreza; 3.3 Género e Capital Humano; 3.4 Género e Economia; 3.5 Género e Alterações Climáticas.

das Ilhas; 3.1.2 Mudanças Demográficas; 3.1.3 Padrões de Emigração/Imigração; 3.1.4 Famílias Chefiadas por Mulheres; 3.1.5 Emprego/Desemprego; 3.1.6 Trabalho Não Remunerado/A Economia do Cuidado; 3.1.7 Violência Baseada no Género (VBG).

### 3.1. QUESTÕES SISTÉMICAS DO PAÍS

#### 3.1.1. Geografia das Ilhas

As questões sistémicas são aquelas que afetam tanto as mulheres como os homens e que podem constituir a base para uma maior igualdade ou para os maiores riscos, dependendo da forma como são abordadas. Incluem-se nas questões sistémicas as seguintes: 3.1.1 Geografia

A geografia de Cabo Verde (ver Mapa, p. ii) é um fator determinante para o progresso do país, colocando sérios desafios ao desenvolvimento inclusivo e à igualdade de género no país como um todo, bem como em cada ilha.

Ao longo de mais de 500 anos, o propósito principal de Cabo Verde como colónia portuguesa foi externo: inicialmente foi um porto de passagem e um centro para o comércio de escravos africanos, e após a abolição do comércio de escravos serviu de ponto de paragem para tráfego marítimo transatlântico e de posto português para a administração das suas outras colónias africanas. À data da independência, em 1975, havia muito poucas infraestruturas ou atividades económicas entre as ilhas.

As dificuldades de transporte e as distâncias<sup>16</sup> entre as ilhas continuam a prejudicar a integração interna ao mesmo tempo que o país procura a integração na economia global. Embora cada ilha tenha os seus produtos agrícolas, pesqueiros e artesanais, não existe um mercado interno unificado. A produção de alimentos é insuficiente mesmo para as necessidades nacionais e a maioria dos alimentos é importada. Nas ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista é mais fácil a garantia do fornecimento de mantimentos em quantidade, qualidade e com consistência, que provêm das Ilhas Canárias ou de Lisboa ou de outras ilhas.

O Programa do Governo para a IX Legislatura propõe um novo esforço de descentralização (a regionalização) para tornar cada ilha habitada numa região administrativa, começando com um projecto-piloto na ilha de São Vicente. O objetivo é aumentar a tomada de decisão e a participação cívica e impedir a migração interna de outras ilhas para Santiago<sup>17</sup> e a capital da Praia, reduzindo a dimensão do governo central.<sup>18</sup> Existem potenciais benefícios para as mulheres proporcionados pela descentralização da administração pública se a participação nas tomadas de decisão lhes for facilitada e os serviços forem mais adaptados às necessidades locais. Contudo, existem riscos potenciais se a capacidade administrativa local for fraca e os fundos insuficientes para suportar os serviços. As considerações sobre o género no planeamento da descentralização serão importantes.

### 3.1.2. Mudanças Demográficas

A população de Cabo Verde reparte-se uniformemente

entre homens e mulheres com exceção considerável em dois grupos etários: entre as pessoas com mais de 60 anos, há mais mulheres, possivelmente devido à emigração prévia dos homens e/ou à maior longevidade das mulheres; e entre as pessoas com idade entre os 20 e os 39 anos, há mais homens, possivelmente devido à emigração das mulheres desta faixa etária para frequentarem a escolaridade, trabalho doméstico ou outros trabalhos no estrangeiro, e possivelmente devido ao aumento recente da imigração de homens provenientes principalmente de outros países africanos lusófonos. Desde 2000, o número médio de crianças por mulher diminuiu de 4,0 para 2,3 em 2014, possivelmente devido ao melhor acesso à educação e aos serviços de planeamento familiar.<sup>19</sup>

A proporção de Cabo-verdianos que vivem em áreas rurais tem vindo a diminuir consistentemente desde meados do século XX. No início dos anos 2000, a maioria da população já era urbana e concentrou-se particularmente nas cidades da Praia (ilha de Santiago) e Mindelo (ilha de São Vicente). Contudo, mais de um terço da população permanece rural (36%) e a viver em casas isoladas em áreas remotas ou em pequena aldeias e vilas costeiras das nove ilhas que são habitadas.<sup>20</sup>

Atualmente, o país está a viver a chamada “explosão juvenil”, ou seja, o período em que as taxas de fertilidade mais altas no passado originaram agora um número elevado de pessoas em idade de primeiro emprego. Este “boom” poderia trazer um “dividendo demográfico” de aumento do PIB se o emprego estivesse disponível. Contudo, os novos dados de 2016 do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que existe falta de emprego; a taxa de desemprego para o grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade é de 41%, o que significa que quase metade dos jovens que estão no mercado de trabalho à procura de emprego não encontrarão trabalho. Além do desperdício de capital humano, devido à falta de empregos disponíveis, existe também um maior risco de crime, prostituição e drogas.

O governo e a sociedade civil de Cabo Verde estão cada vez mais preocupados com a segurança pública. A insegurança afeta tanto homens como mulheres,

<sup>16</sup> A distância entre a capital Praia, em Santiago, e a segunda cidade mais importante, Mindelo, em São Vicente, é de aproximadamente 200 km, e a mesma distância separa Praia da ilha turística do Sal.

<sup>17</sup> Cerca de 60% da população nacional vive em Santiago.

<sup>18</sup> <http://worldpopulationreview.com/countries/cape-verde-population/>

<sup>19</sup> INE e ICIEG, 2015, Mulheres e Homens em Cabo Verde – Factos e Números 2015.

<sup>20</sup> <https://www.britannica.com/place/Cabo-Verde>

mas devido às normas de poder que são sexualmente tendenciosas, são as raparigas e as mulheres que estão mais vulneráveis. Numa pesquisa recente sobre a perceção de insegurança e de risco pessoal, os resultados mostraram que os homens têm preocupações quase idênticas às das mulheres de serem vítimas de um crime (33% dos homens, 36% das mulheres) e de insegurança pessoal no trabalho (13% dos homens, 15% das mulheres), mas as mulheres também referiram preocupação em andarem sozinhas à noite (59%); estarem sozinhas em casa à noite (44%); e de utilizarem os transportes públicos (38%)<sup>21</sup>. A insegurança também é uma ameaça ao motor de crescimento do turismo do país, uma vez que um dos principais atrativos do país tem sido a cultura de paz e a hospitalidade do país (morabeza) e a baixa taxa de criminalidade.

### 3.1.3. Padrões de Emigração/Imigração

Historicamente, Cabo Verde teve uma das maiores taxas de emigração<sup>22</sup>, o que contribuiu para uma baixa taxa líquida de crescimento populacional, uma elevada taxa de famílias chefiadas por mulheres e uma elevada dependência das remessas. No entanto, desde 2010, as taxas de emigração têm vindo a diminuir e, nos últimos anos, houve imigração líquida em Cabo Verde pela primeira vez.

A emigração dos homens decresceu à medida que a procura na Europa e nos EUA por trabalho masculino pouco qualificado diminuiu. No caso das mulheres a emigração aumentou, de 54% em 2010 para 59% em 2014<sup>23</sup>, devido ao aumento da procura por empregadas domésticas e cuidadoras de infância em Itália, Portugal e Espanha.<sup>24</sup>

Os imigrantes são principalmente oriundos de outros países lusófonos<sup>25</sup>, sendo aproximadamente 40% mulheres e 60% homens, e principalmente na faixa etária dos 25-44. Esta nova imigração líquida pode acrescentar produtividade ao PIB mas também aumentar o desemprego, e as mudanças nas estatísticas da pobreza e de género terão de ser interpretadas com o devido

conhecimento.

### 3.1.4. Famílias Chefiadas por Mulheres

Em Cabo Verde, historicamente, tem havido sempre uma grande proporção de famílias chefiadas por mulheres devido a fatores como o impacto da escravatura e da colonização na estrutura das famílias, a persistência de atitudes e de cultura patriarcais, e as elevadas taxas de emigração masculina em busca de emprego no estrangeiro. As famílias chefiadas por mulheres estão agora a tornar-se na maioria dos agregados familiares em Cabo Verde: 48% dos agregados eram chefiados por mulheres em 2015, em comparação com 40% em 2000<sup>26</sup>. A pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres é elevada. (Ver Secção 3.2 em baixo, Género e Pobreza).

### 3.1.5. Emprego/Desemprego

Cabo Verde está confrontado com um desafio fundamental relacionado com a falta de oportunidades de emprego, inclusive para mulheres com diploma do ensino secundário ou superior. Na globalidade, a taxa de criação de emprego tem sido menor do que o crescimento da população economicamente ativa. O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou recentemente novas estatísticas do trabalho referentes a 2016 obtidas a partir do Inquérito Multi-Objetivo Contínuo 2016 – Estatísticas do Emprego e do Mercado do Trabalho, que é uma fonte rica em informação que merece uma análise detalhada de género separada. Os dados de género relevantes do INE 2016 estão aqui resumidos, juntamente com dados anteriores do relatório Mulheres e Homens em Cabo Verde – Factos e Números, elaborado pelo INE e pelo ICIEG.

O estudo de 2015 mostrou que o mercado de trabalho está altamente segregado em função do género, com os homens empregados principalmente no ramo militar, na agricultura e em trabalhos manuais, e as mulheres em vendas e serviços. O emprego remunerado é 56% masculino e 44% feminino.

<sup>21</sup> Mulheres e Homens em Cabo Verde, *op.cit.*

<sup>22</sup> Estima-se que a população da diáspora seja maior do que a população nacional. Aproximadamente dois terços da população Cabo-verdiana com o ensino superior feito vive no estrangeiro, de acordo com as estimativas do Banco Mundial.

<sup>23</sup> Mulheres e Homens em Cabo Verde, *op.cit.*

<sup>24</sup> <http://www.migrationpolicy.org/article/cape-verde-towards-end-emigration>

<sup>25</sup> Os imigrantes lusófonos em Cabo Verde são principalmente oriundos da Guiné-Bissau, São Tomé, Angola e Portugal.

<sup>26</sup> Mulheres e Homens em Cabo Verde, *op.cit.*



**Figura 2 – Emprego por Sector/indústria e por Sexo** (Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento)



**Tradução dos textos da figura 2:**

*Transportation:* Transportes

*Tourism:* Turismo

*Other Services:* Outros Serviços

*Agriculture, Forestry, and Fishing:* Agricultura, Florestas e Pesca

*Manufacturing:* Transformação

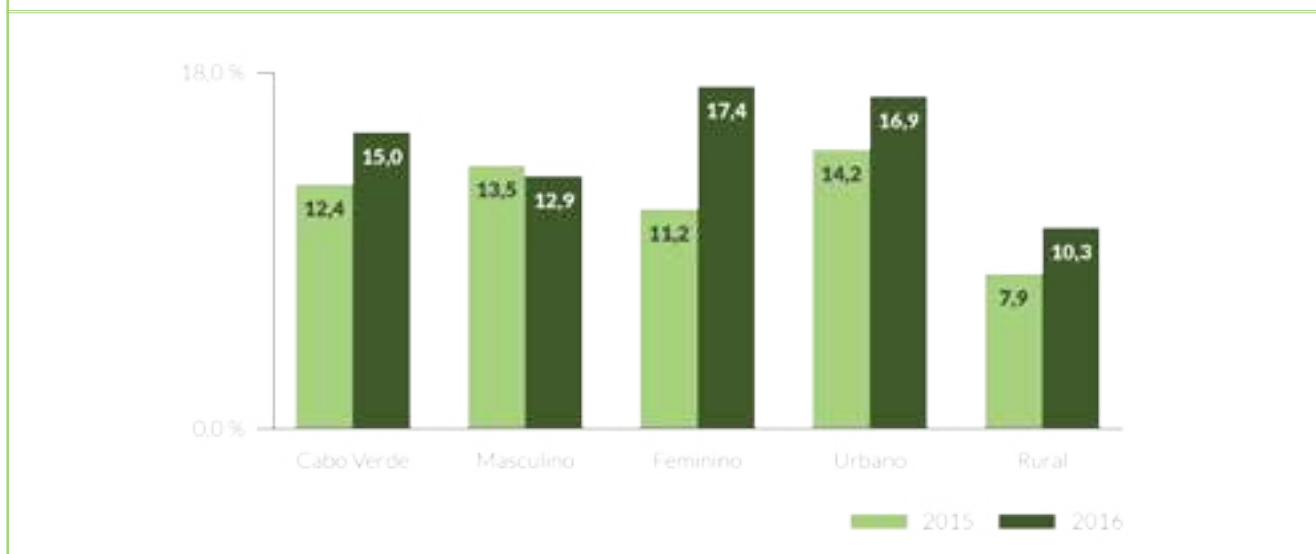
*Construction:* Construção

*Trade:* Comércio

Os dados recentemente divulgados pelo INE em 2016 (Inquérito Multi-Objetivo Contínuo 2016 – Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho) mostram que a taxa nacional de desemprego aumentou para 15% em 2016, de 12,4% em 2015. Como se observa na Figura 3, que

se segue, o aumento ao nível nacional é inteiramente devido ao aumento dramático do desemprego feminino que passou de 11,2% em 2015 para 17,4% em 2016, enquanto a taxa de desemprego masculino diminuiu de 15% para 12,9%.

**Figura 3 – Desemprego 2015-2016 por Sexo e Região** (Fonte: INE, 2017)

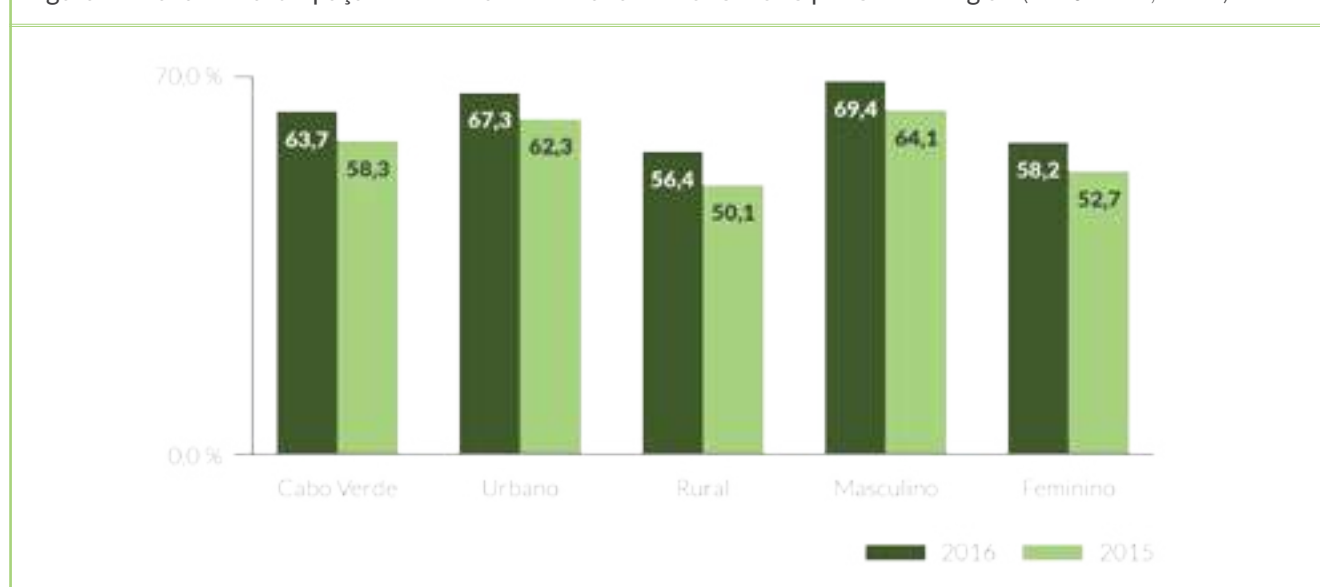


Como se pode observar na Figura 3, o aumento do desemprego feminino ocorreu em áreas urbanas e rurais. Estas estatísticas são de grande preocupação para a igualdade de género, a redução de pobreza e o crescimento económico, e merecem análises adicionais.

No que diz respeito às taxas de participação, a Figura 4 ilustra que, em 2016, 58,2% das mulheres em idade

ativa (15 anos ou mais) estavam a trabalhar ou à procura de trabalho, o que representa um aumento da quota de mulheres no mercado de trabalho que era de 52,7% em 2015. Contudo, as taxas de participação das mulheres mantêm-se inferiores aos valores equivalentes dos homens que foram de 69,4% em 2016 e de 64,1% em 2015.

Figura 4 – Taxa de Participação no Mercado de Trabalho 2015-2016 por Sexo e Região (Fonte: INE, 2017)



Com 58,2% das mulheres em idade ativa no mercado de trabalho (formal ou informal, o INE inclui ambos), as 42% das mulheres em idade ativa restantes não estão a trabalhar ou à procura de trabalho, uma realidade que tem gerado preocupações políticas quanto à igualdade de género e quanto ao crescimento económico. No entanto, quando os dados são desagregados por grupo etário, observa-se que a maioria das mulheres não-ativas encontra-se no maior grupo populacional que tem idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, e que provavelmente ainda estarão a frequentar a escola, ou no segundo grupo etário mais populoso – dos 20 aos 24 – que mais frequentemente inclui as mulheres que ficam em casa com crianças pequenas. (INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo 2016, Tabela 2)

O governo e a sociedade civil têm proposto várias formas para melhorar a participação das mulheres no mercado de trabalho, incluindo o aumento do apoio às tarefas de cuidados que normalmente ficam a cargo das mulheres (ver Secção 3.1.6 em baixo acerca do trabalho não-remunerado/a economia do cuidado). Os dados de

participação do INE, desagregados por sexo e por idade sugerem que esta seria uma abordagem eficaz para promover o trabalho produtivo das mulheres, assumindo-se que existirão também investimentos na criação de emprego e/ou para apoio às pequenas empresas. O Programa do Governo para a IX Legislatura inclui também uma proposta para a criação de um programa de estágios que faça a ponte entre o sistema de educação e o sector privado.

### 3.1.6. Trabalho Não-Remunerado: A Economia do Cuidado

Em todo o mundo, bem como em Cabo Verde, o tempo de que as mulheres dispõem para o trabalho produtivo e a participação política é limitado pelo tempo que dedicam ao trabalho não-remunerado dos cuidados. Segundo a ONU Mulheres, “o cuidado refere-se à prestação de serviços pessoais e presenciais a outras pessoas com necessidades físicas e emocionais, complementada pelas tarefas domésticas diárias de cozinhar, limpar, ir buscar



água e lavar a roupa. Este trabalho não-remunerado não conta como uma atividade económica nos estudos sobre o mercado de trabalho nem é incorporado nos cálculos do produto interno bruto (PIB), mas tem um enorme valor económico sem o qual... a economia entraria em colapso”. Em Cabo Verde as mulheres gastam 62 horas por semana em trabalho de cuidados não-remunerados enquanto os homens gastam apenas 38 horas. (Ver dados do INE, Anexo 1).

O relatório de 2014 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para Cabo Verde apelou a uma melhor integração dos serviços de cuidados nas políticas sociais e a reestruturação destes serviços como uma responsabilidade da sociedade, e a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apela aos governos para que “reconheçam e valorizem o trabalho de cuidados não-remunerados e do trabalho doméstico através da prestação de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade partilhada ao nível doméstico e das famílias, apropriada à realidade nacional”. (Objetivo 5.4).

Estas recomendações têm sido largamente promovidas em Cabo Verde pelos defensores da igualdade de género dentro e fora do governo, e o Programa do Governo para a IX Legislatura afirma que uma prioridade governativa é “colocar o cuidado de dependentes no centro das políticas públicas de inclusão social e de apoio às famílias” (Sec. 2), medidas as quais ajudariam significativamente as mulheres a estarem mais envolvidas no mercado e na política.

### 3.1.7. Violência Baseada no Género (VBG)

Uma das principais questões sistémicas que tem sido abordada com insistência pelo Governo de Cabo Verde e a sociedade civil, com o apoio dos parceiros internacionais de ajuda, incluindo a ONU Mulheres, é a da violência baseada no género (VBG). Uma das maiores conquistas foi a aprovação da Lei Especial sobre Violência Baseada no Género, em vigor desde Março de 2011. A Lei VBG impõe penalidades criminais a todas as formas de violência de género – física, psicológica, e sexual, e inclui também disposições contra o assédio sexual e para um programa destinado aos infratores do sexo masculino para prevenir a recorrência. O ICIEG, que coordena os esforços do governo em matéria de género, iniciou também uma campanha de sensibilização para o género

e a violência através de um projeto “Laço Branco” (“*White Ribbon*”) que envolve o apoio dos homens aos direitos das mulheres, e as estratégias recentes para apoiar os direitos LGBT. Apesar do progresso na luta contra a VBG, existe a preocupação de que sejam necessários mais recursos para acelerar a reposta às queixas e para mitigar os atrasos dos processos judiciais.

Segundo o relatório Mulheres e Homens em Cabo Verde 2015, desde a implementação da Lei VBG, o número de queixas e ações judiciais aumentou, com 7 000 casos pendentes em 2013-2014, em comparação com 1 671 em 2010-2011. Os dados disponíveis mostram que a taxa de resolução das ações é baixa, com casos a transitarem de um ano para o seguinte, e com uma proporção de casos resolvidos em 2013-2014 de apenas 10%. É necessária uma análise mais detalhada à taxa de resolução dos casos por tipo, para que se possam identificar soluções de políticas. As diferenças na apresentação de queixas e ações judiciais de natureza VBG entre ilhas também merecem mais estudos.

## 3.2. GÉNERO E POBREZA

A taxa nacional de pobreza tem diminuído de forma constante de 37% em 2001 para 27% em 2007 e para 24,2%, em 2015. A meta para 2016 era de 20% (dados ainda não disponíveis). O novo Programa do Governo para a IX Legislatura estabelece uma meta de redução da pobreza relativa a um valor de um só dígito e de erradicação da fome e da pobreza extrema.

Embora a pobreza tenha diminuído na sua globalidade, o relatório do INE-ICIEG, Mulheres e Homens, mostrou que, entre 2001 e 2007 a disparidade entre os sexos nesta matéria aumentou. Em 2007, 33% das famílias chefiadas por mulheres eram pobres, em comparação com 21% das famílias chefiadas por homens – uma diferença de 12 pontos percentuais, em comparação com uma diferença de seis pontos percentuais em 2001. A maior diferença de género na pobreza é nas áreas rurais onde vive aproximadamente um terço das mulheres.

As mulheres têm uma menor probabilidade de se ocuparem com trabalho remunerado do que os homens e tendem a entrar no mercado de trabalho mais tarde, e estão sujeitas a uma maior vulnerabilidade de rendimentos do trabalho informal, de baixa remuneração, e de trabalho inseguro. Uma vez que quase metade (48%)

dos agregados familiares Cabo-verdianos são chefiados por mulheres, a vulnerabilidade dos rendimentos das mulheres tem um impacto negativo na saúde e na educação das crianças e na continuidade da pobreza intergeracional.

As diferenças entre as ilhas e entre o meio rural e urbano na pobreza e no desenvolvimento social são significativas, especialmente para as mulheres, e merecem maior atenção. Mais de 80% da população estimada de 530 mil de Cabo Verde em 2016 vive em apenas três das dez ilhas: Santiago com 60% e São Vicente e Santo Antão com 15% e 11%, respetivamente (2007). As ilhas que estão no centro do sector do turismo têm populações muito pequenas: Sal com 3,4% e Boa Vista com 1%.

Trinta e seis por cento das mulheres vive em áreas rurais, onde a pobreza é maior. O solo é infértil para o cultivo de alimentos nessas áreas e muitas delas estão sem eletrificação ou água canalizada, pelo que o tempo necessário às tarefas domésticas e de cuidados familiares é maior, o que reduz o tempo disponível para atividades que produzam rendimentos, bem como reduz o retorno dessas tarefas.

### 3.3. GÉNERO E CAPITAL HUMANO

Os aspectos de género no capital humano em Cabo Verde são discutidos seguidamente por: educação; saúde reprodutiva; desenvolvimento de capacidades e formação; e voz e participação.

#### 3.3.1. Educação

A alfabetização de adultos é de 85% para as mulheres e de 93% para os homens, com uma discrepância de género maior nas áreas rurais onde a taxa de alfabetização é de apenas 74% para as mulheres, em comparação com 87% dos homens. Entre aqueles com idades entre os 15-24 existe paridade de género, mesmo nas áreas rurais, e a taxa de alfabetização é de 98% na globalidade. No que diz respeito a matrículas no ensino, as taxas são ligeiramente superiores para os rapazes no ensino primário e para as raparigas no ensino secundário e no superior. Relativamente aos professores, as mulheres estão menos representadas no ensino secundário do que no ensino primário, e no ensino superior o número de professores masculinos é quase o dobro dos

femininos. As entrevistas que foram conduzidas também indicaram que em muitas escolas, quer as professoras que os professores continuam a transmitir às crianças os estereótipos antigos de género de áreas académicas e de empregos apropriados para as raparigas, em comparação com os rapazes.

Com base no tremendo progresso alcançado no país no que diz respeito à extensão da educação das raparigas e dos rapazes, o desafio agora é melhorar a qualidade da educação e das expectativas transmitidas pelos professores e pelos currículos escolares quanto aos papéis dos géneros. De especial importância é a necessidade de se tornar a escolaridade relevante para o mercado de trabalho e para o crescimento económico futuro do país, e para integrar as mulheres como professoras e gestoras em todo o sistema educativo.

#### 3.3.2. Saúde Reprodutiva

As taxas de mortalidade materna caíram de forma constante de uma taxa de 256 por 100 mil nados-vivos em 1990 até 47, em 2014 (INE, 2017), cujo mérito é atribuído pelo Grupo Interinstitucional Internacional de Avaliação da Mortalidade Materna ao forte investimento realizado por Cabo Verde nos serviços de saúde das mulheres. Relativamente aos dados sobre contraceção, os dados dos levantamentos Demográficos e sobre a Saúde de 2005 revelaram que o uso de contraceptivos é de 61,3%. Os novos casos de infeções por VIH são poucos mas são mais elevados nas mulheres do que nos homens, e houve um aumento de casos nas mulheres entre 2012 e 2013. 81 por cento dos novos casos de VIH no grupo etário dos 15-34 são em mulheres. Os serviços de saúde reprodutiva e a melhoria das condições sanitárias também resultaram numa redução da mortalidade infantil de 21,3 por 1 000 nados-vivos em 2002 para 15,3 em 2015 (INE, 2017), com a redução mais significativa a ser relativa à mortalidade das raparigas.

#### 3.3.3. Desenvolvimento de Capacidades e Formação

Em Cabo Verde a formação profissional é prestada sobretudo através dos Centros de Formação do Instituto da Formação e Emprego de Cabo Verde, da Escola de Hotelaria e Turismo e dos Cursos de Estudos Superiores

Profissionalizantes (CESP) da UNICV. Segundo os dados sobre as matrículas dos estudantes, as mulheres nestes cursos optaram principalmente por áreas como o turismo, gestão de empresas e o sector público (73%), enquanto apenas um terço (35%) optou por formação técnico-científica. O Programa do Governo para a IX Legislatura propõe a promoção do empreendedorismo como parte de um programa “Trabalhe por Conta Própria”, ligado a redes africanas e internacionais de melhores práticas. Será importante que a participação das mulheres nestas iniciativas seja assegurada, e que seja feita a recolha de dados desagregada por género para a análise da distribuição dos respetivos benefícios.

### 3.3.4. Voz e Participação

Em cargos eleitos, as mulheres estão melhor representadas ao nível nacional do governo – executivo (25%) e legislativo (24%)<sup>27</sup> – do que ao nível local onde os homens dominam como presidentes e membros dos conselhos municipais. Entre os 22 municípios (concelhos), há apenas uma mulher presidente numa assembleia municipal.<sup>28</sup> Contudo, em cargos de liderança local não-eleitos tais como dirigentes de associações comunitárias, há mais mulheres do que homens, o que indica a existência de discriminação baseada em género nos cargos eleitos. As mulheres dão também nas vistas e são influentes nos cargos de alto nível de ministérios e agências governamentais e na comunicação social, mas estão menos bem representadas no sector privado. A proposta de Lei de Paridade, escrita com a colaboração do governo e da sociedade civil e a assistência técnica da ONU Mulheres, contribuirá significativamente para maiores oportunidades de voz e de participação das mulheres.

## 3.4. GÉNERO E ECONOMIA

Esta secção começa com uma visão geral sobre a capacitação económica das mulheres e prossegue com uma discussão sobre questões de género na Agricultura, Turismo, Infraestruturas e Pesca. Cada secção chama a atenção para questões de género, incluindo situações onde análises adicionais sobre género, específicas de

cada sector, poderiam informar a conceção de futuros projetos.

### 3.4.1. Visão Geral sobre a Capacitação Económica das Mulheres

Tal como referido anteriormente, o Índice de Igualdade de Género do BAD e o Índice de Diferenças de Género do Fórum Económico Mundial classificam Cabo Verde muito em baixo na categoria de participação e perspetivas económica: está no 31º lugar em 52 países para o primeiro índice, e em 115º lugar em 144 países para o segundo índice nesta categoria.

Entre as mulheres empregadas, cerca de um quarto trabalha no comércio a retalho, 13% são empregadas domésticas em casas particulares e 8% trabalham na agricultura, onde os empregos são caracterizados por um mercado informal sem contratos. À semelhança de muitos outros países em desenvolvimento, o sector informal é grande, possivelmente cerca de 59%, sendo a maioria mulheres. Com o apoio de parceiros doadores, como a OIT, o Governo está no processo de análise do sector informal, bem como dos mecanismos de segurança social, a fim de elaborar uma estratégia nacional para 2017-2020, incentivando a transição do emprego informal para o formal, o que será especialmente importante para as mulheres, a Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal à Formal, 2017-2020.

De acordo com a ONU Mulheres, “a situação das mulheres no empreendedorismo é incipiente, está ligada ao comércio informal, com acesso limitado à tecnologia de produção moderna e às competências empresariais, bem como aos serviços financeiros.” A ONU Mulheres também considera que “o contexto normativo e político para a promoção do sector privado não aborda as questões de género, e que as capacidades e sensibilização institucional de género são insuficientes”.<sup>29</sup>

As mulheres lideram aproximadamente 35% das empresas em Cabo Verde, mas apenas 18% no caso das empresas que têm contabilidade formal. Entre as dez ilhas, as que têm a menor percentagem de empresas lideradas por mulheres são a ilha do Maio (27%), do Fogo

<sup>27</sup> Estatísticas de 2016 do INE, 2017 (ver Anexo 1).

<sup>28</sup> *Homens e Mulheres em Cabo Verde 2015*, op.cit.

<sup>29</sup> Website da ONU Mulheres em Cabo Verde.

(26%) e ilha Brava (23%).<sup>30</sup>

Conforme discutido na secção anterior sobre o emprego (Secção 3.1.5), os dados de 2016 divulgados recentemente pelo INE mostram uma taxa de desemprego muito maior para as mulheres do que para os homens: 17,4% para as mulheres, em comparação com 12,9% para os homens. De acordo com o relatório do INE-ICIEG 2015 sobre as Mulheres e Homens em Cabo Verde, entre os mais jovens, o desemprego para as mulheres pode chegar a ser o dobro que para os homens. O subgrupo com maior taxa de desemprego é o das mulheres nas zonas rurais, cuja taxa média de desemprego atinge 57,9%, e em algumas ilhas chega a ser 80,1%.

Uma estatística importante para uma investigação mais aprofundada é que as mulheres com educação no nível secundário ou superior têm taxas de desemprego mais elevadas do que as mulheres com apenas escolaridade primária, possivelmente indicando discriminação baseada em género no mercado de trabalho qualificado e/ou a exploração de género, remetendo as mulheres em trabalhos de baixo nível. Esta condição de mercado poderá ter um impacto negativo sobre os incentivos para que os pais mantenham as suas filhas na escola, e poderá também aumentar a pressão para que as mulheres com educação superior emigrem em busca de empregos apropriados, resultando numa “fuga de cérebros” de mulheres com formação.

O subemprego é um problema adicional que afeta desproporcionalmente as mulheres, caracterizado por trabalharem menos que 40 horas, mas dispostas a trabalharem mais. O subemprego afeta cerca de 30,1% da população total, e 33,9% das mulheres, e para as mulheres em áreas rurais, a taxa de subemprego é de 48,2%.<sup>31</sup>

### 3.4.2. Género e Agricultura

A agricultura representa apenas 7,4% do PIB<sup>32</sup> de Cabo Verde devido às condições adversas do país, que tornam a produção das culturas pequena e irregular, o

que impede as economias de escala. Existem manchas de terras aráveis em áreas costeiras e vales férteis e em áreas rurais onde mais de um terço das mulheres vivem, a agricultura é especialmente importante para a subsistência doméstica. Atualmente estima-se que 50% da população dedica-se ao trabalho agrícola para o mercado comercial e consumo doméstico<sup>33</sup>, com uma percentagem estimada de 40% das mulheres e 20% dos homens, estimativas de 2016.<sup>34</sup> A taxa de pobreza para os trabalhadores agrícolas é de 44%, quase o dobro do valor nacional. O Governo considera o apoio à agricultura como essencial para o consumo doméstico, alívio da pobreza, desenvolvimento sustentável e proteção contra choques externos. O Programa para a IX Legislatura e o projeto do PEDS procuram estimular o crescimento no sector agrícola, através dos seus vínculos com o sector do turismo. As perspetivas de género serão essenciais nas novas políticas agrícolas, incluindo o apoio técnico e formação para as mulheres, para a criação de pequenas empresas sustentáveis a partir das suas atividades agrícolas, e para avaliar o potencial de negócios conjuntos complementares, com estratégias orientadas para o sector do turismo.

### 3.4.3. Género e Turismo

O turismo é o principal motor do crescimento económico em Cabo Verde e é um alvo chave do governo para investimentos para a criação de empregos. O potencial é considerável: o turismo de Cabo Verde oferece praias bonitas e limpas e o oceano; desportos aquáticos e pesca; a famosa música nacional, hospitalidade e baixa taxa de criminalidade do país relativamente a outros países africanos; e biodiversidade e singularidade de cada ilha, todas estas características contribuíram para o aumento do turismo, especialmente proveniente da Europa.

No entanto, os benefícios do sector são sazonais e altamente concentrados nas ilhas com menor população – as ilhas do Sal e da Boa Vista (3,4% e 1%, respetivamente) – onde os hotéis e restaurantes estão concentrados. Um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>35</sup> de 2014 constatou que a taxa de pobreza para famílias ligadas ao sector do turismo era inferior a metade da

<sup>30</sup> *Mulheres e Homens em Cabo Verde, op.cit.*

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> OCDE e OMC, 2011, *Ajuda ao Comércio: história de caso de Cabo Verde*.

<sup>33</sup> *Mulheres e Homens em Cabo Verde, op.cit.*

<sup>34</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, *Estatísticas África 2017*.

<sup>35</sup> Fundo Monetário Internacional, *Nota Consultiva Conjunta, 2014*

média nacional, mas que o turismo beneficiou apenas 7% da população em geral. Além disso, o impacto do turismo pode ser instável, uma vez que o turismo é sazonal e é vulnerável às condições financeiras globais. De acordo com o FMI, o sector está fracamente correlacionado com o desenvolvimento local e a população rural pobre não beneficia das oportunidades geradas pelo turismo.

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) com o apoio da ONU Mulheres-Cabo Verde produziu o Plano de Acção para a Transversalização da Abordagem de Género no Turismo 2016-2018 (PAPTAGT). O relatório deste PAPTAGT inclui uma visão geral sobre questões de género no sector e pontos de entrada e oportunidades para assegurar a integração do género, incluindo recomendações e um orçamento indicativo para intervenções no período de 2016-2018. O Governo está na fase de desenvolver um novo Plano Estratégico Nacional para o sector do Turismo, que terá um especial ênfase no desenvolvimento do sector privado<sup>36</sup>, e o ICIEG e a ONU Mulheres estão a trabalhar para garantir a incorporação das recomendações do PAPTAGT neste novo Plano.

São necessários dados quantitativos e qualitativos adicionais sobre o emprego das mulheres no sector, o impacto sobre as famílias da sazonalidade dos empregos no serviço de turismo, e os potenciais vínculos entre a indústria do turismo e o trabalho agrícola e artesanal das mulheres, de modo a aumentar os benefícios para as mulheres e minimizar os riscos do turismo como motor de crescimento.

São também necessários dados sectoriais para dar resposta às seguintes questões importantes levantadas por Marrone (2016): “O aumento do número de turistas e as construções relacionadas com o turismo no país trouxeram também importantes desafios ambientais e de sustentabilidade: constituem uma ameaça para os habitats naturais frágeis, ao mesmo tempo que aumentam a procura de recursos naturais já escassos, através do consumo de água e energia, e aumento da produção de resíduos sólidos e líquidos. O aumento do turismo foi também associado a desafios sociais emergentes relacionados com questões de drogas, prostituição, criminalidade e habitação, especialmente nas ilhas turísticas do Sal e Boa Vista e na capital Praia”. O novo Plano Estratégico do Governo para o sector

pode incluir a recolha de dados desagregados por sexo e estabelecimento de indicadores relacionados com o género, bem como a realização de estudos futuros e relatórios através de doadores e/ou com apoio do sector do turismo.

#### **3.4.4. Género e Infra-estruturas**

Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), “a fragmentação geográfica do país impõe desafios especiais... Um desenvolvimento mais equitativo entre as ilhas e entre as áreas rurais/urbanas é fundamental para o crescimento inclusivo no país”. Os investimentos em infraestruturas nos transportes, na energia, na água e saneamento constituem-se apoios essenciais para a igualdade de género, uma vez que aliviam os fardos do trabalho não-remunerado de cuidados que são sobretudo suportados pelas raparigas e pelas mulheres, e para suportar a poupança de tempo e a melhoria da mobilidade necessária ao trabalho produtivo. O acesso mais alargado às infraestruturas, especialmente da água, do saneamento e dos transportes, é uma necessidade fundamental de quase metade das mulheres em Cabo Verde que são pobres, em especial as que vivem em zonas rurais, para que se reduza o tempo dedicado ao trabalho não-remunerado dos cuidados, para apoiar os esforços de produção de rendimentos através da agricultura e das pequenas empresas, e para que as mulheres e as raparigas possam procurar por oportunidades de trabalho remunerado, na medida do disponível.

O Programa do Governo para a IX Legislatura tem as linhas de um plano ambicioso para o desenvolvimento de infraestruturas (p. 54-55). A integração de género no planeamento e operação de infra-estruturas pode assegurar que as mulheres participem na tomada de decisões sobre esses investimentos, bem como nos seus benefícios.

#### **3.4.5. Género e o Sector das Pescas**

Como estado insular no Oceano Atlântico dotado de recursos mínimos, a pesca é uma fonte fundamental de sustento familiar e para o comércio interno, embora não seja competitiva na pesca comercial global e

<sup>36</sup> República de Cabo Verde, Programa do Governo, *op.cit.*, Sec.3.2.10, p.39.

contribua apenas com 0,7% do PIB, em 2011.<sup>37</sup> A pesca é principalmente de natureza artesanal, produzindo peixe fresco para venda nos mercados públicos e para restaurantes e hotéis. O sector produz pouco rendimento para o país ou para os seus trabalhadores, onde a taxa de pobreza no sector é de 35%. O sector é altamente díspar em termos de género, com os homens a trabalhar em barcos de pesca e as mulheres a vender o pescado nos mercados ou como vendedoras ambulantes. O Programa do Governo para a IX Legislatura procura promover a produção interna no sector das pescas. Os esforços deveriam incluir estudos quantitativos ou qualitativos de género acerca do papel e das necessidades das mulheres no sector da pesca para garantir que as mulheres beneficiem tanto quanto os homens dos investimentos sectoriais.

### 3.5. GÉNERO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Dada a inexistência de água subterrânea e de recursos naturais, Cabo Verde tem sido sempre extremamente vulnerável às alterações climáticas.<sup>38</sup> O país localiza-se na faixa de clima seco do Sahel e depende de uma estação chuvosa que se tem tornado mais curta e mais irregular nos últimos anos, o que resulta numa menor precipitação anual. Actualmente, a maior parte da água usada em Cabo Verde resulta da dessalinização.

À semelhança de muitos outros pequenos estados insulares, Cabo Verde sofre também de degradação ambiental, incluindo a erosão do solo e a intrusão salina nas escassas fontes de água doce subterrâneas. As temperaturas aumentaram em cerca de 6 graus Celsius, em média, desde 1960 e as projeções apontam para um futuro ainda mais quente. Prevê-se que o nível do mar venha a subir entre 0,13 e 1,4 metros até ao final do século,<sup>39</sup> pondo em risco

muitas das comunidades costeiras de Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde há muito que compreendeu os riscos das alterações climáticas para o país e tem sido muito proactivo na sua abordagem, tendo sido inclusivamente o primeiro país Africano de língua Portuguesa (PALOP) a ratificar a Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas em 1995, e o primeiro a criar uma Autoridade Nacional Designada. Em 2007 Cabo Verde publicou o seu Programa de Ação Nacional de Adaptação (PANA, do inglês NAPA), que levou a uma Política Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. A nível nacional, o projeto de energias renováveis mais importante – a Cabeólica – é composto por quatro parques eólicos nas ilhas de Santiago, Sal, Boa Vista, e São Vicente, que geram aproximadamente 20% da eletricidade total.<sup>40</sup>

O país tem estado também a colaborar ativamente com parceiros internacionais e é um dos membros da Aliança das Nações Unidas dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que representa as preocupações dos seus membros acerca dos efeitos do aquecimento global nos pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS). Cabo Verde é também membro do Centro CEDEAO para as Energias Renováveis (ECREEE) que está sedado em Cabo Verde, e poderia eventualmente aproveitar para se colocar a si próprio como centro das sedes de outras instituições internacionais de colaboração e estudos das alterações climáticas. Espera-se que o Centro Internacional de Investigação Climática para África e a organização dos Países CPLC (CIICLAA) venham a montar sede na cidade da Praia. O grau com que as mulheres são integradas em instituições internacionais das alterações climáticas, como especialistas técnicas e políticas, e o envolvimento das mulheres ao nível local no planeamento para catástrofes naturais e ambientais, merecem uma análise adicional.

<sup>37</sup> Rosabal, Coerência Das Políticas Para O Desenvolvimento No Âmbito Das Pescas, 2013.

<sup>38</sup> Durante o século XX, secas severas causaram a morte de quase metade da população e levaram à emigração em grande escala.

<sup>39</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, 2012b, p.42.

<sup>40</sup> A energia solar não é viável devido ao elevado teor de sal na humidade do ar e a falta de água doce para a limpeza dos painéis.





4

---

**A ONU MULHERES, O BAD E OUTROS  
PARCEIROS PRINCIPAIS DE  
DESENVOLVIMENTO CABO VERDE**

---

## 4.1. ONU MULHERES

A ONU Mulheres em Cabo Verde trabalha para apoiar as prioridades do governo sobre os direitos e oportunidades das mulheres, como salientado no Plano Nacional de Igualdade de Género do país (PNIG) 2015-2018 e no Programa do Governo para a IX Legislatura. Actualmente, a ONU Mulheres assiste na integração de género no novo plano estratégico nacional em fase de desenvolvimento para 2017-2021, o PEDS (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável), e na preparação do Perfil de Género para Cabo Verde em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento, entre outros projetos.

A ONU Mulheres - Cabo Verde também contribuiu para a elaboração e produção para os seguintes planos e políticas importantes do governo: o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2015-2018; o Plano Nacional de combate à Violência Baseada no Género (PNVBG); o Plano de Ação para a Transversalização da Abordagem de Género no Turismo 2016-2018; e a criação de um Sistema Nacional de Cuidados. A ONU Mulheres - Cabo Verde ajudou também a fortalecer a capacidade dos funcionários públicos e municípios em termos de planeamento e orçamentação sensíveis ao género, e aumentar a capacidade nacional em estatísticas de género e dados para decisões políticas. Esteve também envolvida na criação da associação *White Ribbon Association* para envolver homens no apoio aos direitos das mulheres, novas masculinidades e contra a violência baseada no género, e na campanha para os direitos e proteção da população LGBT contra a violência baseada no género.

Os objectivos gerais da ONU Mulheres concentram-se em: capacitação económica das mulheres, em particular mulheres empresárias e mulheres rurais; prevenção e serviços para combate à violência contra mulheres e raparigas; e aumento da liderança e voz das mulheres. O escritório da ONU Mulheres em Cabo Verde tem desempenhado há muitos anos um papel chave em ajudar o governo de Cabo Verde a conceber e implementar políticas para a igualdade de géneros, ao mesmo tempo que avança com a missão geral da ONU Mulheres. O pequeno escritório é altamente respeitado como líder em questões de género em Cabo Verde entre governos, sociedade civil, grupos de mulheres, e parceiros/doadores internacionais, e está posicionado para desempenhar um papel fundamental na próxima fase de promoção

da igualdade de género em Cabo Verde. (Ver Secção 6, Recomendações).

## 4.2. BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD)

O Documento de Estratégia Nacional do Banco Africano de Desenvolvimento (CSP) 2014-2018 para Cabo Verde considera que as disparidades de género no país são um dos seus três desafios chave, para além da geografia insular e vulnerabilidade às alterações climáticas. O CSP define o objetivo estratégico do Banco para o período como: “para apoiar o Governo nos seus esforços para lançar as bases para um crescimento mais inclusivo e verde”. À data deste relatório, o BAD está a completar a sua Revisão Intercalar (RI) do CSP com o novo governo eleito em 2016.

As duas áreas principais do CSP para apoiar o Governo, com e sem recurso a empréstimo, são no desenvolvimento de infraestruturas e melhoria de apoio à governação e orçamentação, em linha com os dois pilares do Banco: (i) Melhoria e Diversificação das Infraestruturas para o Desenvolvimento Sustentável; e (ii) Fortalecimento da Governação Económica nos Sectores Público e Privado; e as suas cinco prioridades “High Five” que foram estabelecidas para acelerar o ritmo de crescimento: Iluminar e Eletrificar África; Alimentar África; Industrializar África; Integrar África, e Melhorar a qualidade de vida para a população de África. No que respeita à boa governação, o BAD providencia apoio orçamental, apoio para a preparação do novo Plano de Governo (PEDS), e para a preparação do Perfil de Género para Cabo Verde em conjunto com o parceiro ONU Mulheres. O BAD também desenvolveu listas de verificação (2009) para orientar a integração do género na governação, bem como, nas infra-estruturas. Na sequência de uma reunião em Maio de 2017 dos Ministros das Finanças de Estados Membros do Banco Africano de Desenvolvimento, o BAD anunciou um novo financiamento para Cabo Verde de 25 milhões de euros por ano para agricultura e infraestrutura urbana. Será importante estabelecer indicadores de género para o novo trabalho. Esta e outras recomendações para o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento a Cabo Verde constam do Anexo 3.

### **4.3. OUTROS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO**

Entre os muitos outros parceiros de desenvolvimento que prestam apoio relacionado com o género para o

Governo de Cabo Verde estão as diversas agências da ONU, a União Europeia e os seus membros, o programa *Millenium Challenge Account*, e o Banco Mundial. Os pontos altos do trabalho relevante destes parceiros estão sumarizados no Anexo 4.





5

---

POTENCIAL PARA ACÇÃO E  
ÁREAS PRIORITÁRIAS

---



Uma forte base para a igualdade de género foi estabelecida em áreas sociais da saúde e educação, e a pioneira Lei VBG introduziu grandes melhorias na prevenção, serviços e atitudes do público face à violência baseada no género. Contudo, a igualdade na vida económica e política está atrasada. A Lei da Paridade pendente abordará a representação política entre outras áreas, de modo que a prioridade restante da política de género é a igualdade de oportunidades económicas. As actuais barreiras que bloqueiam as mulheres na pobreza e na baixa produtividade, são a sua falta de:

- **Tempo** – O ónus das responsabilidades básicas domésticas e de cuidados com os dependentes, e a falta de acesso à água, saneamento e transporte são os factores principais que limitam o tempo que as mulheres têm para o trabalho produtivo.
- **Terra** – A falta de titularidade formal para a propriedade de terra limita o acesso ao crédito e a capacidade de construir activos.
- **Financiamento** – A falta de acesso a fundos inibe o crescimento e a produtividade dos esforços

empresariais; a procura por microcrédito é maior do que a oferta disponível e os custos dos empréstimos comerciais são demasiado elevados.

- **Conhecimento** – A falta de conhecimento sobre as opções de actividades produtivas estáveis e rentáveis, e a falta de serviços contínuos e de estruturas de suporte para desenvolver capacidades e aumentar a produção e o acesso aos mercados.

Com uma forte base de realizações anteriores, e um forte compromisso contínuo com a igualdade de género por líderes qualificados e experientes no Governo e na sociedade civil, Cabo Verde tem o potencial de dar um novo “passo em frente” para a igualdade de género através de um foco prioritário na capacitação económica das mulheres, complementado com a disponibilização de formação e apoio a níveis técnicos de ministérios e agências governamentais sobre a utilização de análises de género e dados desagregados por sexo para planeamento e orçamentação de políticas, bem como para a conceção, implementação e avaliação de programas.





6

---

RECOMENDAÇÕES

---

As acções para enfrentar estas barreiras serão mais eficazes se forem consideradas como parte de um só programa unificador para a capacitação económica das mulheres. Assim, **a recomendação principal para o Governo, e para o apoio da ONU Mulheres e do Banco Africano de Desenvolvimento, é a criação de um programa bandeira para a capacitação económica das mulheres em Cabo Verde.** Um programa sobre a capacitação económica das mulheres em Cabo Verde pode seguir o modelo bem-sucedido usado para combate do país contra a violência baseada no género, e envolver todos os sectores da sociedade e parceiros internacionais num esforço multi-facetado e plurianual para melhorar a participação económica e a produtividade das raparigas e mulheres, ao mesmo tempo que procuram medidas de financiamento inovadoras para atividades.

De seguida apresentam-se oito sugestões prioritárias para o novo programa para capacitação económica:

1. **Apoiar o Governo nos seus compromissos sobre género** no Programa para a IX Legislatura e no PNIG, **especialmente no compromisso com a prestação de serviços sociais de cuidados** que libertem as mulheres para o trabalho produtivo, **e apoiar a finalização e implementação da Lei de Paridade;**
2. **Apoiar as mulheres na agricultura e em pequenas empresas em áreas rurais e urbanas com assistência técnica contínua e financiamento** para melhorar o seu acesso aos mercados e para criar e melhorar planos de negócios para o crescimento económico;
3. **Criar um processo participativo para definir políticas e programas para a transição do trabalho informal para o trabalho formal** de modo a assegurar que as necessidades e as expectativas das mulheres no sector informal sejam abordadas e que beneficiem economicamente dessa transição;
4. **Melhorar a capacidade do mecanismo de género do ICIEG, e do INE para recolher, analisar e interpretar estatísticas desagregadas por género e estudos qualitativos para os sectores do turismo, da agricultura e das pescas;**
5. Fornecer **assistência técnica e formação nos ministérios e nas agências governamentais para a integração da análise de género** e o uso de dados desagregados por sexo no planeamento, orçamento e gestão de políticas e programas;
6. **Criar programas para facilitar a ligação entre as escolas e os empregos;** mudar as expectativas estereotipadas das famílias, dos professores e dos estudantes quanto ao emprego; e garantir os serviços de saúde reprodutiva juvenil como base para a produtividade económica;
7. Usar comunicações públicas para **aumentar a sensibilização pública sobre a necessidade de participação económica e política equitativa das mulheres** para que o país possa atingir um crescimento económico inclusivo e sustentável.





7

---

CONCLUSÕES

---

A ONU Mulher e o BAD estão empenhados em apoiar o Governo de Cabo Verde nos seus esforços para promover oportunidades e direitos das mulheres e alcançar um crescimento inclusivo. Este Perfil de Género do País fornece uma visão geral das questões de género em Cabo Verde, com base numa extensa revisão de documentos e relatórios e uma missão de campo realizada pelos dois parceiros, de 8 a 19 de Maio de 2017, para trabalhar com o governo e as partes interessadas. Uma conclusão

principal é que, embora tenha havido grandes progressos na igualdade de género na educação e na saúde, há uma grande diferença de género nas oportunidades económicas e no emprego. Uma recomendação principal é a criação de um programa bandeira sobre a capacitação económica das mulheres como uma chave para a igualdade de género, bem como para o crescimento económico sustentável.

## BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

Banco Africano de Desenvolvimento, 2017. *Indicadores de Género, Pobreza e Ambiente em Países Africanos*, Departamento de Estatísticas, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.

\_\_\_\_\_, 2014a. *Investindo na Igualdade de Género para a Transformação de África, Estratégia de Género do Grupo do Banco 2014-2018*, Departamento ORQR, Janeiro.

\_\_\_\_\_, 2014b. *Documento Estratégico Nacional de Cabo Verde 2014-2018*, Departamento ORWA/SNFO, Março.

\_\_\_\_\_, 2013. *O Estado da Igualdade de Género em África: Tendências, Desafios e Oportunidades*. Departamento de Garantia da Qualidade e Resultados, Divisão de Monitorização de Género e Desenvolvimento Social. Túnis, Tunísia.

\_\_\_\_\_, 2012a. *Cabo Verde – Uma História de Sucesso*. Departamento Regional Oeste 2. (ORWB), Nov.

\_\_\_\_\_, 2012b. *Cabo Verde – O Caminho a Seguir*. Departamento Regional Oeste 2. (ORWB), Nov.

Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), República de Cabo Verde, 2016. *Plano de Ação para a Transversalização da Abordagem de Género no Turismo 2016-2018*.

Instituto Nacional de Estatística (INE), República de Cabo Verde, 2017. *Inquérito Multi-objectivo Contínuo 2016. Estatísticas do Emprego e Mercado do Trabalho*.

\_\_\_\_\_, 2015. *III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, IDRF 2015*.

Instituto Nacional de Estatística (INE) e Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), República de Cabo Verde, 2016. *Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números 2015*.

Fundo Monetário Internacional (FMI), 2016. *Relatório sobre a Consulta de Cabo Verde, ao abrigo Artigo IV, do FMI, N° 16/366*. Nov.

\_\_\_\_\_, 2014. *Nota Consultiva Conjunta (Joint Staff Advisory Note), 2014*.

Lopes da Veiga, José Augusto, 2015. *Melhoria da Comercialização e Distribuição dos Produtos da Pesca*, Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima Direção Geral dos Recursos Marinhos, Mindelo, Dezembro.

Marrone, Heloisa, 2016. *Dividendos Demográficos, Igualdade de Género, e Crescimento Económico: o Caso de Cabo Verde*. Documento de Trabalho do Fundo Monetário Internacional, WP/16/169. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16169.pdf>

Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), República de Cabo Verde, 2012. *Boletim Estatístico N° 21, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações*.

Ministério das Finanças DNP/GMF, República de Cabo Verde, 2016. *Metodologia de Formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) de Cabo Verde –2017/2021*. Setembro.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização Mundial do Trabalho (OMT),

2011. *Ajuda ao Comércio: história de caso de Cabo Verde*.

República de Cabo Verde, 2016. *Programa do Governo para a IX Legislatura 2016-2021* (<http://www.governo.cv/>)

\_\_\_\_\_, 2015. *Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2015-2018*.

\_\_\_\_\_, 2014. *II Fórum Nacional de Transformação. Cabo Verde 2030*, Maio. (<http://www.caboverde2030.gov.cv>)

Rosabal Lopes da Silva, Damaris, 2013. *Coerência das Políticas para o Desenvolvimento no Âmbito das pescas: Estudo de Caso em Cabo Verde*, Outubro.

ONU Mulheres, 2015. *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016, Transformar as Economias para Realizar Direitos*, (<http://progress.unwomen.org/en/2015/>)

\_\_\_\_\_, 2014a. *Relatório Anual de Cabo Verde*.

\_\_\_\_\_, 2014b. Relatório sobre Cabo Verde 2030, 2ª Cimeira, Maio 2014 – II Fórum Nacional de Transformação: <http://www.caboverde2030.gov.cv/>; <http://www.ecreee.org/news/second-national-forum-transformation-economy-cabo-verde-2030-and-challenges-ahead>





---

**ANEXOS**

---

## Anexo 1 - Tabelas de Dados sobre Género em Cabo Verde

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Junho de 2017

Tabela 1: Perfil de Dados Essenciais

Indicador	Dados (período inicial)				Dados (período mais recente)				Fonte Indicativa
	Mulheres	Ano	Homens	Ano	Mulheres	Ano	Homens	Ano	
<b>ACTIVOS HUMANOS: CAPACIDADE</b>									
<b>Saúde</b>									
Esperança de Vida à Nascimento	56,1	1970	1970	1970	80,2	2017	72,2	2017	(1)
Taxa Bruta de Natalidade (por 1 000 pessoas)	(2011) 20,49				(2015) 20,34				(1)
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1 000 nascimentos vivos)	(2002) 21,3				(2015) 15,3				MS (1)
Taxa de Mortalidade em crianças menores de 5 anos (%)	(2002) 25,1				(2015) 17,5				MS (1)
Taxa Total de Fertilidade (nascimentos por mulher)	2,9	2005	...	...	2,34	2014	...	...	(1)
Rácio de Mortalidade Materna (por 100 000 nascimentos vivos)	33,0	2003	...	...	47,0	2015	...	...	(1)
<b>Educação</b>									
Taxa de analfabetismo de adultos jovens (15-24 anos)	3,1	2010	2,6	2010	1,7	2014	2,6	2014	(1)
<b>VIH/SIDA</b>									
Prevalência de VIH em Adultos (% do grupo de idade 15-49)	0,4	2005	...	...	...	...	...	...	(4) (5)
<b>ACTIVOS ECONÓMICOS: OPORTUNIDADE</b>									
<b>Participação na Força de Trabalho</b>									
Taxa da actividade económica dos adultos (15 anos e mais)	56,6	2012	69,0	2012	58,2	2016	69,4	2016	(3)
<b>Intensidade de Género da Produção</b>									
Emprego do sector informal (% mulher - homem)	52,5	2009	...	...	58,8	2015	...	...	
<b>ACTIVOS FÍSICOS: SEGURANÇA</b>									
Acesso a fontes de água potável melhoradas (%)	90,2 (2010)				91,0 (2016)				(1)
Acesso a fontes de água potável melhoradas (%) Rural	76,7 (2010)				74,5 (2016)				INE
Acesso a fontes de água potável melhoradas (%) Urbano	98,6 (2010)				99,1 (2016)				INE
Acesso a saneamento melhorado (%) **	63,6 (2010)				80,3 (2016)				(1)
Acesso a saneamento melhorado (%) Rural **	43,8 (2010)				64,9 (2016)				
Acesso a saneamento melhorado (%) Urbano **	76,0 (2010)				87,9 (2016)				INE
Tempo Total Alocado (horas/dia)	62:00	2012	38:10	...	...	...	...	...	(6)
<b>ACTIVOS SOCIAIS: CAPACITAÇÃO</b>									
Representação no Parlamento, 2003 (%)	11,1	2003	...	...	23,6	2016	76,4	2016	(4)
Representação nos Ministérios de Governo (%)	23,1	2003	...	...	25,0	2016	...	2016	(4)
Chefia da Família (%)	47,6	2010	52,0	2010	45,7	2016	54,3	2016	(2)
Chefia da Família, Rural (%)	50,1	2010	49,6	2010	46,7	2016	53,3	2016	(2)
Chefia da Família, Urbano (%)	46,3	2010	53,3	2010	45,3	2016	54,7	2016	(2)

Fontes:

(1) Inquérito Demográfico e de Saúde; (2) Inquérito Nacional aos Agregados Familiares; (3) NLFS – Inquérito Nacional às Forças de Trabalho; (4) FFG – Factos e Números sobre Género; (5) Inquérito aos Indicadores de SIDA; (6) Padrões de Utilização do Tempo em Cabo Verde; (7) Autores.

**Tabela 2: Indicadores Principais de População, 1995-2015**

Indicador	1995	2005	2015
População total (milhões)	...	465 236	524 833
População masculina (milhões)	...	227 793	262 501
População feminina (milhões)	...	237 442	262 331
Rácio de sexo (homens por 100 mulheres)	...	95,9	100,1
Densidade Populacional (#/km <sup>2</sup> )	...	...	130,13

Fonte: INE, Projecções Demográficas da População 2010-2030

**Tabela 3: Dados das Forças de Trabalho para Cabo Verde**

Categoria de Emprego	Homens	Mulheres	Rácio M/H
<b>Por Sector/Indústria</b>	%	%	H=100; M=
Agricultura, Florestas, e Pesca	65,9	34,1	...
Fabricação (indústria Transformadora)	57,0	43,0	...
Construção	96,4	3,6	...
Comércio	36,5	63,5	...
Transportação (e armazenagem)	93,2	6,8	...
Turismo (alojamento e restauração)	35,6	64,4	...
Outros Serviços	48,5	51,5	...
<b>Por Tipo de Ocupação</b>			
Directores Executivos, Dirigentes Superiores, etc.	56,0	43,3	0,8
Especialistas	44,0	56,0	1,3
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	71,0	29,0	0,4
Pessoal dos Serviços	37,2	62,8	1,7
Trabalhadores Agrícolas e Pescadores	84,3	15,7	0,2
Artãos e Trabalhadores Similares	82,1	17,9	0,2
Operadores de Máquinas e Instalações	92,8	7,2	0,1
Trabalhadores Não Qualificados	47,4	52,6	1,1
<b>Por Estatuto Profissional*</b>			
Emprego Remunerado	56,9	43,1	0,8
Emprego Independente	46,8	53,2	1,1
Empregadores e Trabalhadores por Conta Própria	70,8	29,2	0,4
Trabalhadores Familiares Não Remunerados	55,8	44,2	0,8

Fonte: INE

## Anexo 2 – Reuniões &amp; Contactos, Missão do Perfil de Género 8-19 Maio 2017

INSTITUIÇÃO	REUNIÕES	CONTACTOS
Ministério das Finanças	Ministro Olavo Correia Ponto Focal - Mirza Brito Assessores Sectoriais	Mirza.Brito@mf.gov.cv
	<b>Directora Nacional do Planeamento</b> - Carla Cruz	Carla.Cruz@mf.gov.cv
	<b>Director do Serviço Mobilização de Recursos</b> - Rui Maia	Rui.maia@mf.gov.cv
Ministério da Educação, Família e Inclusão Social	Ministra Maritza Rosabal Directora de Inclusão Social – Mónica Furtado Directora de Gabinete – Sofia Figueiredo Assessores Sectoriais	Monica.Furtado@mjedrh.gov.cv Sofia.Figueiredo@me.gov.cv
	Ministro José Gonçalves Assistente Especial – Pedro Moreira	pedro.t.moreira@mee.gov.cv
	Instituto Nacional de Estatística (INE)	Presidente – Osvaldo Borges Vice-Presidente - Celso Soares Directora de Estatísticas Demográficas e Sociais - Noemi Rute Ramos
<b>Observatório para Estatísticas de Género:</b> Alicia Mota Damaris Rosabal		alicia.mota@inegov.cv drosabal@gmail.com
Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG)	Presidente - Rosana Almeida	Rosana.M.Almeida@icieg.gov.cv
Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI)	Presidente – Francisco Lima Fortes;	lima.fortes@adei.cv
	Gestoras – Leonilda Semedo Mendes; Dúnia Lopes	leonilda.mendes@adei.cv Dunia.Lopes@adei.cv
Casa do Cidadão	Gestora de <i>Outreach</i> – Ricardina Lopes	ricardina.lopes@casadodidadao.gov.cv
Assembleia Nacional Rede de Mulheres Parlamentares (RMP)	Deputada Nacional - Vera Helena Pires Almeida da Cruz Deputada Nacional – Anilda Tavares	vera.almeida@paicv.parlamento.cv
	ONGI/ONG/SECTOR PRIVADO	
Nações Unidas	Representante do País pela ONU - Ulrika Richardson	adalgiza.silves@cv.jo.un.org – secretária
	Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Joana Borges	borges@ilo.org
Câmara do Comércio, Sotavento	Vice-Presidente - Gil Évora	gil.evora@cciss.cv
	Directora do Desenvolvimento Empresarial - Libéria Brito	liberia.antunes@cciss.cv

<b>Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV)</b>	Presidente da OMCV - Idalina Freire Gonçalves	idalina.freire@omcv.org.cv;
<b>Associação Cabo-verdiana de Auto-Promoção da Mulher (MORABI)</b>	Presidente da MORABI – Evelyne Vera-Cruz de Mello Figueiredo	evelynfm@morabi.org
<b>Associação de Mulheres Empresárias de Santiago (AMES)</b>	Vice-Presidente da AMES - Linda Peixoto	Linda.peixoto@pescador.cv
<b>Visitas de Campo/Grupos Focais</b>	Gouveia – Projecto Raízes e Solada Safende – Projecto Juvenil Safende Tudo Hora Trás dos Montes – Oleiras Morabi – Micro Crédito	licinha.masca@gmail.com bernal002@gmail.com idalina.freire@omcv.org.cv evelynemello54@gmail.com

## Anexo 3 – Recomendações sobre Perfil de Género para o Banco Africano de Desenvolvimento em Cabo Verde

O apoio do Banco Africano de Desenvolvimento ao Governo de Cabo Verde para os esforços de igualdade de género baseia-se na Estratégia de Género do Banco 2014-2018: Investir na Igualdade de Género para a Transformação de África.

Dois dos três pilares da estratégia são: **Pilar 2: Capacitação económica, e Pilar 3: Gestão de conhecimento e reforço de capacidades**. O BAD integra os seus compromissos sobre igualdade de género nas suas cinco principais prioridades “High Five”: Iluminar e electrificar África; Alimentar África; Industrializar África; Integrar África; e Melhorar a qualidade de vida das pessoas de África; através das suas principais prioridades operacionais de desenvolvimento de infra-estrutura, integração regional, desenvolvimento do sector privado, governação e responsabilidade, e competências e tecnologia; bem como as suas duas áreas transversais de estados frágeis e agricultura.

O Pilar 2 da Estratégia de Género do BAD, **Capacitação Económica**, envolve: Aumentar o acesso e o controlo das mulheres sobre os recursos e serviços financeiros, alavancar as infra-estruturas para a igualdade de género, defender a acção afirmativa a favor das mulheres e das empresas pertencentes às mulheres, aumentar a produtividade das mulheres agricultoras e facilitar a sua inclusão no mercado e proporcionar às mulheres formação de competências em ciência e tecnologia.

Através do Pilar 3 da Estratégia de Género do BAD, **Gestão de conhecimento e reforço de capacidades**, o Banco irá: providenciar recursos e assistência técnica para gestão de conhecimento para a igualdade de género, melhorar o seu próprio reporte de resultados sobre género, aumentar a capacidade dos seus funcionários para promover a igualdade de género nas operações, apoiar os PMRs no desenvolvimento das suas capacidades para promover e integrar a igualdade de género em políticas e programas, e produzir melhores dados desagregados por sexo e estatísticas de género.

À luz dos princípios e do quadro do BAD para a assistência aos estados membros, e da revisão do Perfil de Género de Cabo Verde sobre as necessidades e prioridades de género, são sugeridas as seguintes áreas para o apoio do BAD, para promover a igualdade de género em Cabo Verde:

### Apoio com Empréstimo

- » Fornecer apoio de empréstimo às áreas de infra-estrutura solicitadas pelo Governo, especialmente aquelas para acesso a água, saneamento e transporte em áreas pobres e rurais – todas estas infra-estruturas podem facilitar o tempo das mulheres com a prestação de cuidados e o trabalho produtivo, e enquadram-se nas duas primeiras prioridades “High Five” do BAD: Alimentar África.
- » Fornecer apoio financeiro para melhorar os recursos e a capacidade de análises e estudos de género pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e expandir os dados e informações de género disponíveis para todos os ministérios e sociedade civil na plataforma virtual Observatório de Género, no âmbito da quinta prioridade das “High Five”: Melhorar a qualidade de vida das pessoas de África.

### Apoio sem Empréstimo

- » Trabalhar com as agências governamentais relevantes e com a equipa de projecto do BAD em Cabo Verde, para realizar avaliações de impacto de género para todos os projectos do BAD (pré- e pós-), para estabelecer indicadores de género para monitorizar, e sumarizar as lições aprendidas sobre género.
- » Trabalhar com o INE para fornecer assistência técnica e/ou formação a todas as agências governamentais sobre como recolher, monitorizar, analisar e utilizar dados desagregados por sexo, tanto para fins políticos como de gestão.
- » Propiciar oportunidades para que os colaboradores do INE, ICIEG e Observatório compartilhem com outros estados membros do BAD, a sua experiência de colaboração entre o gabinete nacional de estatísticas e o mecanismo nacional de género, e a sua utilização de dados desagregados por sexo para o desenvolvimento de planeamento inclusivo e equitativo.
- » Fornecer assistência técnica ao ICIEG e ao Gabinete de Mobilização de Recursos do Ministério das Finanças, trabalhando com o parceiro ONU Mulheres Cabo Verde, para produzir estudos preliminares e/ou propostas



para identificar mecanismos de financiamento especiais para apoiar o programa recomendado

pelo Governo sobre a capacitação económica das mulheres.

## Anexo 4 – Parceiros Doadores Internacionais Selecionados em Cabo Verde

### Nações Unidas

Além da ONU Mulheres Cabo Verde, muitas outras agências da ONU fornecem serviços relacionados com o género em Cabo Verde. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são parceiros do Programa Governamental para Assistência ao Programa de Apoio à Estratégia Nacional de Criação de Emprego em Cabo Verde (PAENCE/CV) liderado pelo Ministério da Economia e financiado pela ajuda externa luxemburguesa LuxDev, Cooperação Luxemburguesa. No âmbito deste programa, a OIT tem vindo a estudar o sistema de segurança social do país, e lançou um estudo para elaborar um plano nacional para a transição de trabalho do sector informal para formal (Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal a Formal, 2017-2020). A Organização Internacional das Migrações da ONU (OIM) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais (FNUAP) fornece apoio aos emigrantes que regressam. Outro projecto da OIM visa promover a mobilidade jurídica entre Cabo Verde e a UE, reforçando a cooperação em matéria de migração e desenvolvimento, ao mesmo tempo que combate a migração irregular. A colaboração com a OIM na recolha e análises de dados sobre as mulheres emigrantes poderia ser interessante se houvesse tempo e recursos disponíveis.

### União Europeia (UE)

Em Março de 2017, a União Europeia lançou a sua nova Estratégia de Género para o Cabo Verde<sup>41</sup>, que contém uma revisão minuciosa sobre questões, relatórios e fontes de dados relacionados com o género. O relatório da UE forneceu contribuições importantes para este Documento Temático, bem como sugestões para outras fontes de dados e informações a serem solicitadas durante a Missão. Os projectos da UE em Cabo Verde

incluem apoio a emigrantes para países da UE e para emigrantes que regressam a Cabo Verde, e um novo projecto de turismo sustentável que conecta Cabo Verde e as ilhas Canárias, chamado SOSTURMAC, com foco nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Um dos principais membros da UE em Cabo Verde é o Luxemburgo, que forneceu um importante apoio ao governo e à sociedade civil através da sua agência de ajuda externa, LuxDev, especialmente na área de formação para o emprego e empregabilidade e apoio educacional.

### O Millennium Challenge Account (MCA)

O programa *Millennium Challenge Account* para Cabo Verde financiou uma estratégia de género para os sectores da água e saneamento 2015-2020, que foi lançada em Julho de 2015.<sup>42</sup> O documento “Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde 2015-2010” (ESGAS) define cinco áreas principais: acesso físico aos serviços; acesso económico; electrificação; controlo social e responsabilidade; e institucionalização de considerações sociais e de género nos serviços. O documento fornece um modelo possível para análises de género noutros sectores, e o MCA é um parceiro importante para integração de género em projectos de infra-estruturas. O MCA colabora estreitamente com a ONU Mulheres em Cabo Verde e as duas organizações formalizaram esta relação através de um Memorando de Entendimento (MdE) em 2014.

### Banco Mundial (em Abril de 2017)

O Banco Mundial possui quatro projectos activos em Cabo Verde nas áreas de: desenvolvimento do turismo; sistemas de energia solar; reforma do sector dos transportes e recuperação e reforma do sector eléctrico. A equipa de Perfil de Género irá promover a colaboração e coordenação dos aspectos de género no trabalho e as lições aprendidas.

<sup>41</sup> “Análise de Género e Plano de Ação de Género (GAP 2016-2020) no âmbito da cooperação UE - Cabo Verde”. Autora: Clara Mendes de Barros, 2017.

<sup>42</sup> <http://www.mca.cv/index.php/pt/news/246-estrategia-social-e-de-genero-para-o-sector-da-agua-e-saneamento-apresentada-na-cidade-de-praia>





GOVERNO DE CABO VERDE



AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP

